

JOSÉ SARNEY

## Patrões mandam e governo liquida congelamento



MÁRIO AMATO

Os empresários, através da Fiesp, presidida por Mário Amato, deram um prazo limite ao governo. As lojas Mac Donald's, com a mesma arrogância, fecharam as portas, esperando o reajuste dos preços. O governo, incapaz de resolver os problemas liquidou de vez o congelamento. A inflação em janeiro chegou a 15% e em fevereiro vai a 17%. Pág.4

### A luta na Constituinte

A pesar de dominarem numericamente a Constituinte, os conservadores já estão sendo colocados politicamente na defensiva. Eles não encontraram nenhuma argumentação convincente para impor Ulysses Guimarães para presidente da Câmara Federal e da Constituinte, nem para justificar o privilégio concedido aos senadores eleitos em 1982 de atuarem também como constituintes. Nas duas ocasiões tiveram que apelar para o "rolo compressor", no velho estilo do PDS quando era "o maior partido do ocidente".

Agora, estes políticos que se apavoram só de ouvir a palavra mudanças, estão tendo que inventar as desculpas mais esfarrapadas para negar a soberania da Constituinte. O deputado Maurílio Ferreira Lima, contrariando as pretensões da cúpula do seu partido, o PMDB, fez uma proposta garantindo à Constituinte o direito de alterar total ou parcialmente a Constituição em vigor, retirando de seu texto os aspectos autoritários mais aberrantes. Tal idéia deixou em pânico os conservadores e reacionários.

O fato alvissareiro nestas batalhas é que vão se formando blocos políticos por cima das siglas partidárias. O PMDB, que pretendia atuar como uma força conservadora homogênea, vê frustrada suas pretensões. Os setores progressistas que sobrevivem no seu interior, vão se juntando aos elementos avançados de outros partidos em torno de pontos concretos.

O grande trunfo do bloco democrático e progressista que vai se formando é a correspondência entre suas posições políticas e os anseios da imensa maioria dos brasileiros. Por isto, um número inicialmente pouco expressivo tem condições de levantar a voz em plenário com enorme autoridade. Enquanto isto os conservadores tendem a se dividir, pois estarão sob pressão constante da opinião pública.

E o grande segredo para que se ampliem as condições de êxito concretamente nas votações da Constituinte será a correta articulação entre a atividade parlamentar propriamente dita com as entidades e organizações populares, para uma mobilização de massa permanente. Mesmo durante a ditadura militar, em mais de uma ocasião, os reacionários foram batidos pela pressão popular tanto nas galerias do Congresso como por manifestações públicas em Brasília e por todo o país.

Por tudo isto, são significativos os 69 votos alcançados por Lysâneas Maciel como antecandidato a presidente da Constituinte. Numericamente foi um resultado modesto. Mas levando-se em conta a imensa pressão, inclusive do Executivo, sobre os constituintes, as manobras das velhas raposas, e o prazo exíguo em que se realizou a articulação da antecandidatura, pode-se dizer que foi um bom começo.

Atal ponto os conservadores se sentem acuados pela antipatia popular, que a Mesa tem recorrido às protelações de prazos e ao esvaziamento do plenário, para tentar resolver as coisas em conchavos de bastidores. Este tipo de manobra, muito conhecida no tempo da ditadura, merece a denúncia implacável por todos os meios. O povo elegeu os constituintes para o trabalho duro de elaborar uma nova Carta Magna democrática e progressista. Os mandriões e manobreiros devem ser apontados publicamente. Não se pode tolerar a volta dos plenários vazios e do jogo de favores e privilégios como método de funcionamento.

Os primeiros dias já mostraram que a Constituinte não será o mar de rosas que os meios de comunicação burgueses tentam apresentar. Neste fórum se refletirão, com muita força, as batalhas de classes que objetivamente existem na sociedade. O povo deve estar atento para pressionar e exigir seus direitos.

### Constituinte: pode surgir um bloco progressista

Veja como parlamentares do PC do B, PT, PMDB, E PDT articulam-se para enfrentar os conservadores.

### Envenenamento e mutilações nas fábricas e campo

Crianças trabalhando sem registro; fábricas inseguras mutilando operários; bóias-frias intoxicados sem qualquer proteção. Este é o quadro dramático da situação do trabalho nas fábricas e no campo, conforme relatório de fiscalização da Secretaria do Trabalho de São Paulo. Veja na página 8



Fotos: Carlos Iadeluca

Menores operam as máquinas na indústria de calçados de Franca

### Plenária da CGT rejeita pacto social do governo

Reunidos em Brasília, mais de 350 sindicatos decidem que a CGT não discutirá mais o pacto e aprovam plano de luta. Pág.6

### Desabrigados da enchente em S.Paulo na penúria

Lama e filas enormes em busca de alimentos e agasalhos é o triste retrato nas cidades atingidas. P.8

### PTB, PCB e PDS com Jânio contra o povo

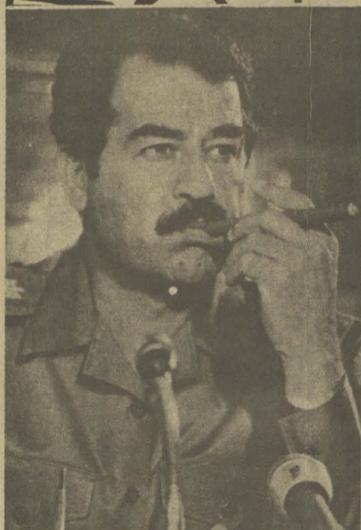
O episódio da eleição da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo: uma demonstração de fisiologismo. P.3



# Irã x Iraque: a paz distante

Quase 2 mil mortos e mais de 6 mil feridos. Este o saldo da guerra Irã x Iraque, somente neste início de ano. A comunidade árabe reuniu-se no Kuwait, para discutir o assunto. Os EUA enviaram para o golfo Pérsico sua VI Frota Naval, apóiam o Iraque mas vendem armas para o Irã. A URSS tenta aparentar neutralidade, mas também fornece armas para o Iraque, e busca meios de ampliar sua influência no Irã. Afinal, a quem interessa esta guerra?

No início, o conflito Irã x Iraque tinha o claro objetivo de barrar o avanço da revolução iraniana. No dia 23 de setembro de 1980, tropas iraquianas invadiram o Irã e resolveram se apoderar da totalidade do Shatt al Arab ("Costa Árabe"), canal compartilhado com o Irã e utilizado para escoar o petróleo da região (por ali passavam 60% do petróleo consumido no Ocidente). O presidente iraquiano, Saddam Hussein El-Takrit pretendia derrubar o aiatolá Komeini e instalar o último chefe de governo do xá Reza Pahlevi (deposto pela revolução de 1979), Shapur Baktiar, no comando de um "governo provisório".



Hussein, do Iraque, ataca Komeini, do Irã, numa guerra de muitos interesses e de muitos lucros para os imperialistas

banqueiro norte-americano David Rockefeller - homem intimamente ligado à Casa Branca.

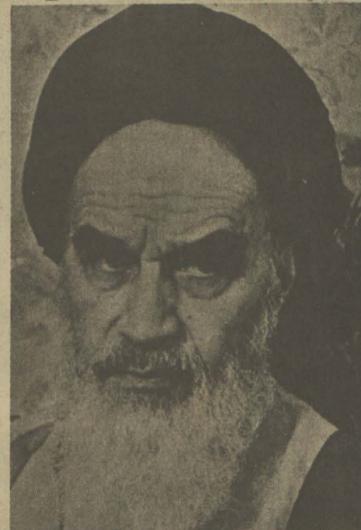
Em seu esquema de poder, Hussein não dispensa o concurso de familiares: são seus irmãos os chefes do serviço de espionagem e da milícia do partido; o ministro da defesa é, a um só tempo, seu primo e cunhado; e o governador de Bagdá é seu tio.

### Uma disputa que vem dos tempos bíblicos

No Irã o ataque iraquiano feriu os brios patrióticos do povo em 1980. Não são recentes as diferenças entre os dois países. A bem da verdade, desde que o persa (Pérsia era o antigo nome do Irã) Ciro tomou Babilônia, perto de Bagdá, há 2.519 anos, a fronteira entre os dois países já se moveu centenas de vezes. Mas o ataque de 80, num momento em que o Irã ainda vivia um movimento revolucionário, tocou mais fundo na alma do povo.

As forças políticas que se uniram contra o xá coesionaram-se também na luta contra o agressor externo. Xiitas, patriotas, comunistas, todos ofereceram-se como voluntários para ir ao front. Desde então, travam-se na região os maiores enfrentamentos bélicos desde a II Guerra Mundial. O total de vítimas caminha para a cifra dos 3 milhões, entre mortos e feridos.

Mas aí entram também as particularidades do regime iraniano. A revolução antiimperialista triunfou. Mas está fortemente marcada pelo espírito dos mulah xiitas, com Komeini à cabeça. Uma filosofia idealista retrógrada, medieval. Os próprios EUA não dei-



xam de buscar espaço entre os aiatolás, como o demonstra o recente escândalo da venda de armas a setores iranianos considerados "moderados" pela Casa Branca.

### Aiatolás passam a reprimir democratas

O "poder islâmico" logo começou a frear o processo revolucionário no país. O aiatolá livrou-se dos setores burgueses mais progressistas com quem compartilhava o governo. Reformas profundas que precisavam ser implementadas, como a reforma agrária, não foram efetivadas. As liberdades democráticas foram cerceadas. Comunistas e patriotas começaram a ser presos e torturados - e há denúncias de que técnicos soviéticos participaram diretamente das sessões de suplício a que foram submetidos os presos políticos. Iranianos que se destacavam nas frentes de batalha contra o Iraque foram feitos prisioneiros pela polícia de Komeini, devido às suas idéias

políticas.

Ao lado da troca de tiros e dos bombardeamentos de cidades, uma verdadeira guerra de tinta - de comunicados falsos, de jogadas diplomáticas - se fez presente. Irã e Iraque anunciam vitórias espetaculares, mas nada que dê indícios de um fim próximo para o conflito. O entretanto se converteu numa boa "fonte" de lucros, por meio de vendas de armas, tanto para a União Soviética como para os EUA; mas não só para eles. Brasil, Israel, França, Inglaterra também realizam ali polpudos negócios. A isso acrescenta-se as "assessorias militares". Ainda na semana passada um tenente iraquiano, Abdel Aaly Mohammed Fatad, capturado pelo Irã, afirmou que "assessores militares da URSS, da França e, às vezes, também da Índia" atuam no Iraque. E é recente a revelação de que a CIA norte-americana estava fornecendo informações falsas tanto para o Irã quanto para o Iraque sobre deslocamentos de tropas, poderio bélico etc..

Os interesses das classes dominantes dos diversos países da região, somados à disputa interimperialista na área, tornam ainda mais complexo o quadro. A reunião, realizada no final de janeiro, da Organização da Conferência Islâmica, integrada por 46 países, é um flagrante do quão intricada é a situação. O Irã recusou-se a participar, porque a reunião ocorreu no Kuwait, que apóia o Iraque. A Líbia também não foi, em solidariedade ao Irã. O Afeganistão não participou porque está suspenso da OCI desde a invasão soviética. O Egito, membro fundador da OCI em 1969, foi expulso da entidade em 1979 devido ao acordo com Israel - considerado uma traição aos povos árabes -, mas participou desta reunião no Kuwait, reintegrando-se à organização.

### O jogo sujo das superpotências

O documento final do conclave propõe ao Irã e Iraque um "recuo às fronteiras internacionais reconhecidas, uma troca de prisioneiros e a solução pacífica do conflito". Mas contrariando esta proposta, a Arábia Saudita e o Kuwait foram acionados pelos Estados Unidos para "pedirem" a mobilização da VI Frota da Marinha ianque no Mediterrâneo, deslocada para o norte do golfo Pérsico. "Os EUA não ficarão de braços cruzados se os seus interesses ou os dos seus amigos do Oriente Médio forem ameaçados", afirmou Ronald Reagan com sua arrogância peculiar.

E enquanto os magnatas do petróleo e da indústria bélica multiplicam as reuniões e o comércio, os povos iraquianos e iranianos são imolados numa guerra sem fim previsível e que dista muito de atender aos interesses daqueles que são usados como carne de canhão.

(Carlos Pompe)

### Revolução incomoda o governo do Iraque

Entre fins de 1978 e início de 1979, o povo iraniano se levantou com armas nas mãos contra a sanguinária ditadura do xá Pahlevi, apoiada em todos os sentidos pelo imperialismo norte-americano. O proletariado, os operários do petróleo, se lançaram à revolta aberta. Jogaram importante papel também o aiatolá Komeini - então exilado na França - e sua seita xiita. Setores progressistas da burguesia local, comunistas e patriotas integravam o leque oposicionista que fez frente à monarquia dos Pahlevi.

Foi um golpe profundo nos interesses do imperialismo norte-americano na região, e a Casa Branca não poupou esforços para esmagá-lo ainda no nascedouro.

Pouco mais de um ano após a queda do xá ocorre a invasão iraquiana. O Iraque tinha boas relações com o regime de Pahlevi. Em 6 de março de 1976, assinou um acordo com o xá estipulando, entre outros pontos, a divisão do Shatt al Arab. Dois anos depois, o governo iraquiano alertou o aiatolá Komeini (há 15 anos exilado no país) para que não continuasse suas atividades visando à derrubada do regime de Teerã em seu território. O aiatolá mudou-se, então, para a França, de onde retornaria ao Irã com a queda de Pahlevi.

Desde o início do conflito o Iraque recebeu o apoio do Egito - que até hoje mantém 40 mil soldados na frente de combate -, da Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes. Todos estes países têm estreitos vínculos com o imperialismo norte-americano. Também o Kuwait apóia os iraquianos na

guerra, e é tido pelos EUA como um peão seu no complicado jogo de xadrez político do Oriente Médio.

Também intrincada é a situação do próprio Iraque. Tratava-se do quarto produtor e segundo exportador de petróleo do mundo, antes da guerra. Seus 12 milhões de habitantes estão submetidos ao governo do "carneiro de Bagdá", Saddam Hussein. Ele pertence ao partido Baas, da burguesia reacionária, desde 1968 no poder. Fala em "socialismo árabe" mas desenvolve atroz campanha anti-comunista. Mantém, desde 1972, um tratado de amizade com a URSS, de quem compra a maior parte de suas armas. Aliás, o partido pró-soviético iraquiano está dividido: uma ala participa da Frente Nacional que o Baas lidera, e apóia o governo; outra ala está na oposição.

O Iraque não tem relações diplomáticas com os Estados Unidos. O que não o impede de ter relações comerciais com os ianques e mesmo acordos militares - a CIA dá suas dicas na condução da guerra contra o Irã. Além disso, Hussein é visto passeando em sua limusine Mercedes-Benz em companhia do

# Inglaterra desafia a América do Sul

Quase quatro anos se passaram após a guerra de 82. As lembranças do conflito mal se apagaram na memória de argentinos e britânicos, quando as coisas prometem esquentar de novo. Passou a vigorar, a partir de 1º de fevereiro, o mar territorial de 150 milhas nas Malvinas, decretado unilateralmente pelo governo britânico.

O principal problema desta medida será a superposição de águas territoriais. Ironia do destino, a Grã-Bretanha foi das que mais criticou os países que expandiram seu mar territorial

para 200 milhas. E toma a mesma medida, numa área que legitimamente não lhe pertence. Margaret Thatcher, que aproveitou bem a vitória da Grã-Bretanha na última guerra, agora

busca ganhar mais pontos no seu país, já que o povo britânico começa a questionar sua política.

Mas há que se perguntar: por que os britânicos fazem tanta questão de manter sua colônia numa ilha distante e pequena?

Dois razões podem ser apontadas. A primeira é a riqueza mineral da plata-

forma continental do Atlântico Sul. Estudos geológicos demonstram que a plataforma argentina potencialmente é mais rica em petróleo que a plataforma do golfo do México. Este é um dado.

Mas há uma razão mais forte: a estratégia militar, o local onde se encontra a ilha.

### MILITARIZAÇÃO

Após a guerra de 1982, os britânicos transformaram as Malvinas num verdadeiro arsenal. O plano do império é montar, em 12 anos, uma moderna e respeitável base aero-naval militar. Para isso, os contribuintes ingleses estão pagando anualmente 540 milhões de dólares, ou 6,5 bilhões ao final dos 12 anos. O projeto faz parte da estratégia da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que teria sua ponta no Atlântico Sul.

Isso fica evidente quando os britânicos justificam sua medida de ampliação do mar territorial: é em represália pela autorização dada pelo governo argentino ao trânsito de barcos pesqueiros soviéticos e búlgaros nas suas águas territoriais. Ou seja, a OTAN ficou de alerta e quer manter o "controle" da região.

### O CONFLITO

Até o momento, nenhum conflito mais grave na região. O presidente Raul Alfonsín declarou que os interesses argentinos não serão desprezados iminentemente, mas garantiu que sua oferta será só diplomática. O povo argentino não esqueceu a triste guerra de 82 e não quer que o país numa nova aventura

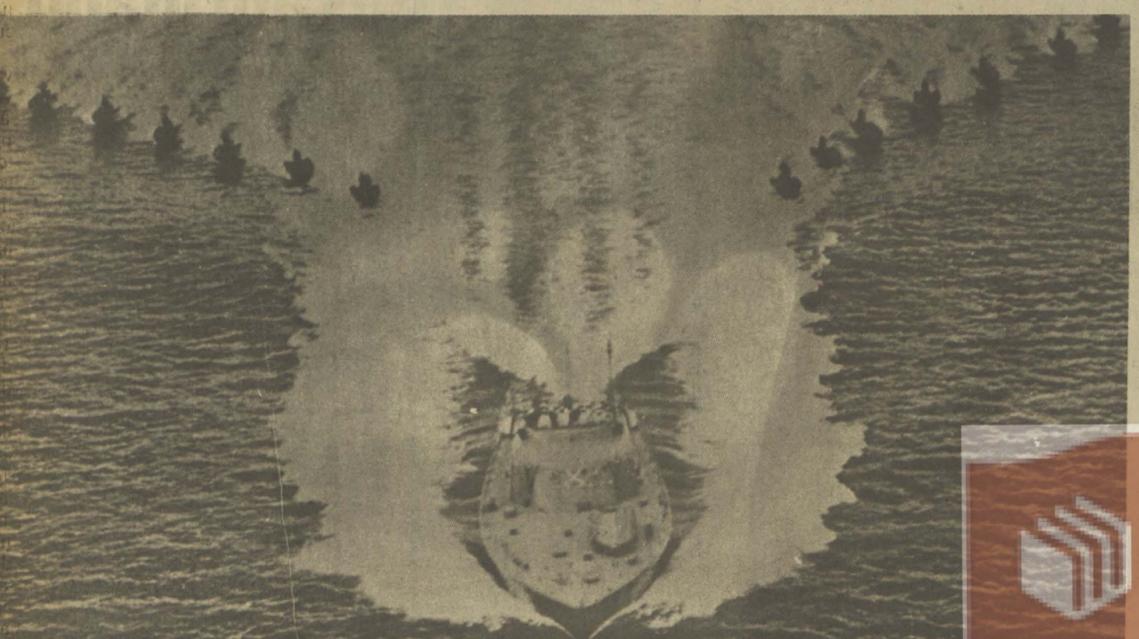
Do lado da Inglaterra, 2 mil homens estão na região, equipados com armamentos sofisticados, como helicópteros de ação anti-submarina, caças Phantom F-4 (substituindo os "Harrier", arrasados pelos argentinos na guerra de 82). Ainda levam de vantagem sobre os argentinos a dependência da indústria bélica portenha dos países europeus, sobretudo da França. Com o apoio da OTAN à intervenção britânica, em caso de guerra esses países suspenderiam o fornecimento de armamentos à Argentina. Isso prejudicou bastante o país sul-americano na guerra de 1982.

### DEFESA DA SOBERANIA

Na última guerra em 82, ficou claro que o objetivo do então ditador argentino era ganhar prestígio, já que sua queda era iminente. A derrota na guerra apressou a queda do ditador e acelerou a movimentação para apurar e punir os responsáveis por tal acontecimento. Assim, os militares foram para o banco dos réus.

Por outro lado, os objetivos expansionistas ingleses são repudiáveis. Diga-se de passagem, neste caso, os objetivos não são só do Império Britânico, mas da OTAN, a organização do imperialismo norte-americano e europeu. Tudo isso acontecendo num momento onde os povos sul-americanos lutam pela democratização e independência ante o imperialismo. É com muito cuidado, com os olhos abertos, que se tem que enxergar os planos da OTAN para as Malvinas.

(Dennis de Oliveira)



Marinha inglesa em águas territoriais das Malvinas: uma afronta aos povos latino-americanos

Fundação Múrcio Grubois



## O povo presente, apesar da ação dos militares

Nem o forte esquema de segurança, nem o sol abrasador que caiu impiedosamente sobre Brasília no dia 1º conseguiram afastar o povo da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. As centrais sindicais - CGT e CUT - realizaram um ato público diante do Congresso, reafirmando sua disposição de pressionar deputados e senadores, sempre que houver votações importantes, com vistas à elaboração de uma Constituição democrática e progressista.

Caravanas dos diversos Estados estacionavam a todo momento na Esplanada dos Ministérios. Uma das caravanas mais numerosas veio de Volta Redonda (RJ), coordenada pelo Movimento Comunitário em Defesa das Estatais. Trazia faixas, cartazes, adesivos e folhetos denunciando a tentativa do governo de privatizar 14 empresas estatais, abrindo as portas do país ainda mais à dominação das multinacionais.

Familiares dos desaparecidos no Araguaia também marcaram presença, exigindo esclarecimento sobre o paradeiro das vítimas da repressão política no Brasil. Os marinheiros cassados pelo golpe militar de 1964 pediam anistia. Respeito aos direitos indígenas, ensino público e gratuito, suspensão do pagamento da dívida externa. As mais variadas reivindicações eram apresentadas aos constituintes. Era visível o predomínio das bandeiras do Partido Comunista do Brasil.

### INSATISFAÇÃO DO POVO

Eram mais de 10 mil pessoas ávidas de dar um tom popular à nova Carta Magna. Por volta das 14 horas, um carro de som da CGT, seguido por centenas de sindicalistas, foi barrado por policiais, que não queriam permitir que o veículo descesse o gramado frontal do Congresso. De imediato o povo gritou "Abaixo a repressão!", e a passagem foi desimpedida.

No ato público, praticamente todos os oradores criticaram a formação da cerca de segurança que impedia o acesso do povo ao Congresso. A política econômica do governo também não foi poupada. As palavras de ordem proliferavam: "A luta é necessária, pela reforma agrária", "Não, não, não, não vamos pagar não, para a dívida externa queremos suspensão"...

O movimento em que ficou mais clara a insatisfação do povo com a elitista solenidade oficial de posse dos constituintes foi quando o presidente do Superior Tribunal Federal, Moreira Alves, passou em revista as tropas estacionadas em frente ao Congresso. Moreira foi recebido com uma sonora vaia que se prolongou até o momento em que ele adentrou no recinto do Congresso.

(Francisco Messias)



Presença popular diante do Congresso, onde as bandeiras comunistas se destacaram

## Corrupção e aliciamento, as armas de Jânio na Câmara

A comemoração ruidosa da vitória do vereador Antônio Sampaio, único representante do PDS na Câmara Municipal de São Paulo, como presidente da mesa, foi o retrato explícito de como o atual prefeito da maior cidade do país vem manobrando às custas dos paulistanos: os membros do PTB, dos que traíram a bancada do PMDB e o vereador do PCB não se contiveram e brindaram da forma descarada a escalada jânioista contra o legislativo municipal. Luís Tenório de Lima, do PCB, foi o mais entusiasmado, dando socos no ar, apesar de logo após ter afirmado não ter votado no colega do PDS. O fato é que o PMDB, mesmo tendo a maior bancada na Câmara (de 33 vereadores o partido possui 12) acabou sendo derrotado em sua pretensão de continuar dirigindo a mesa. De uma dúzia, sua bancada foi minguando para nove apenas, pois três deles já vinham votando com Jânio Quadros em troca de cargos para seus correligionários na

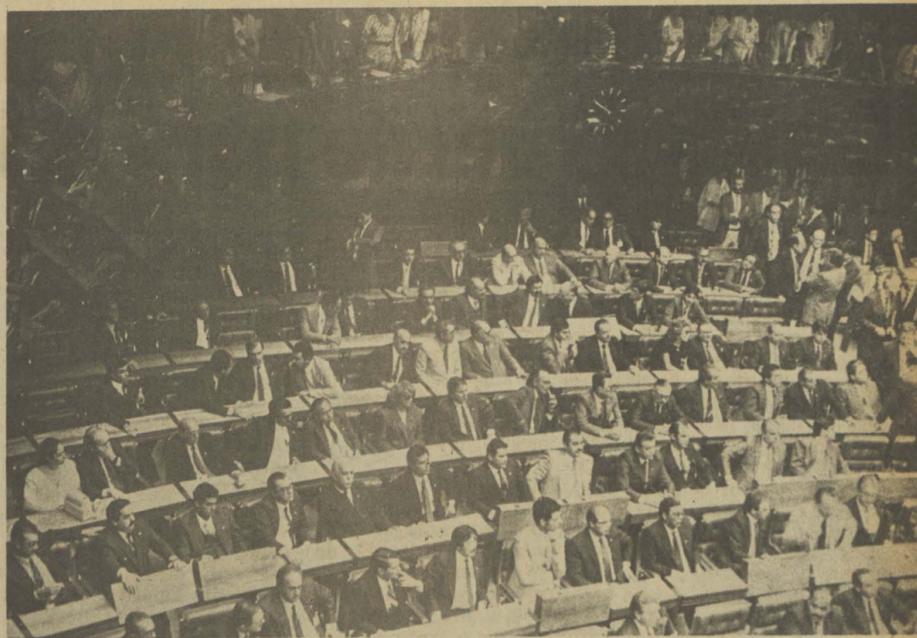
administração municipal. São os vereadores Jamil Achôa, Almir Guimarães e Andrade Figueira. Já o representante do PCB, conhecido como Tenorinho, trocou seu voto pela manutenção do controle da administração regional de Perus. A direção deste partido em São Paulo emitiu nota oficial sobre o episódio argumentando "não existir evidências de que o vereador tenha traído o compromisso com a candidatura do PMDB".

### FISIOLOGISMO

Esta atitude foi confirmada logo nos dias seguintes à eleição da direção da casa, quando Jânio enfiou goela abaixo do povo de São Paulo mais um de seus projetos mirabolantes que envolve interesses poderosos das grandes construtoras: a concessão do serviço de estacionamento de veículos no centro da cidade pelo sistema de garagens subterrâneas, a serem construídas sob logradouros públicos, nas poucas áreas verdes que ainda restam na capital

paulista. Mais uma vez, os amigos do prefeito conseguiram a aprovação do projeto por decurso de prazo, também ajudados pelo vereador do PCB que não compareceu aos trabalhos para facilitar a falta de quórum.

O desfecho da luta sucessória na Câmara se enquadra no cenário geral de acomodação das forças políticas após as eleições de 15 de novembro. O futuro governador do Estado, Orestes Quércia, articula com os partidos políticos com vistas a obter maioria absoluta na Assembleia Legislativa e para isso vem entabulando conversações até com o grupo do atual prefeito. Jânio, aproveitando-se da conjuntura, corrompeu os vereadores que pôde, impôs o seu candidato à presidência e faz passar projetos contra os interesses da população. Das galerias da Câmara, representantes de organizações populares, protestam contra a corrupção e o fisiologismo



Os conservadores apelaram para manobras visando impor seus projetos aos 559 constituintes

## Progressistas buscam espaço na Constituinte

Os conservadores ganharam as três primeiras votações, mas têm dificuldades para impor o regimento restritivo que preparam. E já surge o embrião de um bloco de forças progressistas na Constituinte. É a forma para vencer o "rolo compressor" anti-democrático.

Congresso Nacional, 23 horas do dia 2 de fevereiro: após uma sessão tumultuada, que transcorreu com o plenário e as galerias lotadas, uma multidão de cinegrafistas, fotógrafos e repórteres cerca Ulysses Guimarães e seus principais correligionários. Ulysses, que acaba de ser eleito presidente da Constituinte com 425 votos, gasta pelo menos 10 minutos para deixar o Congresso. No mesmo instante, em outro ponto do enorme salão que dá acesso ao plenário da Câmara, há também intensas comemorações: os parlamentares do PC do B, PT, PDT e PMDB que apoiaram a candidatura de Lysâneas Maciel comemoram os 69 votos obtidos pelo deputado fluminense, adversário de Ulysses na disputa.

No dia seguinte, toda a imprensa conservadora, que empenhou-se decididamente pela eleição de Ulysses, abriu manchetes para destacar o êxito do homem que num só dia venceu disputas que lhe permitem presidir simultaneamente a Câmara dos Deputados e a Constituinte. Basta, no entanto, uma análise mais profunda e rigorosa do que ocorreu nas vésperas da instalação da Constituinte e nos primeiros dias de trabalho para compreender que os conservadores obtiveram um saldo bem mais modesto do que haviam planejado; e que os progressistas conquistaram pelo menos dois pontos bastante significativos.

**Primeiro**, impediram que se consumasse uma unidade artificial em torno de Ulysses para a presidência da Constituinte. **Segundo**, frustraram pelo menos por enquanto, a aprovação de um regimento restritivo para os trabalhos da Assembleia.

### ROLO COMPRESSOR

Pode-se avaliar ainda melhor a importância das vitórias alcançadas pelos progressistas quando se consideram dificuldades que tiveram que enfrentar. Bem antes da primeira sessão os conservadores haviam preparado o que o deputado Haroldo Lima, líder da bancada do PC do B, chamou de "um verdadeiro rolo compressor", visando dois objetivos: restringir de forma drástica a soberania da Constituinte e dificultar ao máximo a participação popular no processo de elaboração da nova Constituição.

Dias antes de 1º de fevereiro, por exemplo, a imprensa vinha divulgando aspectos da proposta de regimento elaborada por três parlamentares peemedebistas, por incumbência de Ulysses Guimarães. Alegando que não era recomendável prolongar por muito tempo a elaboração da nova Carta, o deputado Prisco Vianna, que se incumbiu de defender este regimento, anunciava que ele previa o funcionamento da Constituinte apenas até 7 de setembro. E ainda mais durante a maior parte deste período funcionaria apenas uma "Grande Comissão", com-

posta de 60 a 70 deputados. O debate e a votação em plenário seriam realizados no escasso período de um mês. Além disso, a proposta previa restrições à ação dos pequenos partidos.

### RESTRICÇÕES

Maus ventos pareciam soprar, da mesma forma, durante a instalação dos trabalhos, dia 1º. O ministro José Carlos Moreira Alves, que preside o Supremo Tribunal Federal e que foi incumbido pela Emenda Constitucional que convocou a Constituinte de dirigir sua instalação, ordenou a colocação de uma cerca de cordas e a mobilização de um numeroso contingente policial que obrigaram as caravanas populares que se dirigiam até o Congresso a manterem-se a uma distância de pelo menos 200 metros, revivendo em muito lembranças dos dias em que o Parlamento viveu sob medidas de emergência. Do lado de dentro, mais marcas de autoritarismo: retirados os microfones do plenário, os parlamentares viram-se impedidos de falar, limitando-se ao papel de ouvintes da longa e cansativa aula de Direito Constitucional que Moreira Alves proferiu com tintas nitidamente conservadoras.

Como que para coroar estes movimentos restritivos, havia a articulação para apresentar como unânime a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da Constituinte, justamente ele que tem assumido posições cada vez mais afinadas com as dos setores de centro e de direita. "Seria o mesmo que tentar mostrar à sociedade - afirma o deputado Haroldo Lima - a existência de um grande consenso, uma união nacional abrangendo desde o PDS e o PFL até o PC do B, o PT e os setores progressistas do PMDB".

Os conservadores alcançaram, de fato, certos êxitos. O dr. Ulysses foi conduzido aos dois cargos a que aspirava, vencendo Fernando Lyra na disputa pela presidência da Câmara pela folgada margem de 299 a 155 votos. Além disso, uma maioria de parlamentares derrotou, ainda ao dia 2, requerimento apresentado pelo PT, PCB e PC do B, visando assegurar a participação na Constituinte apenas para aqueles escolhidos pelo povo para tanto, e excluindo assim os senadores eleitos em 1982.

### NOVIDADE PROMISSORA

Recuaram, porém, naquilo que lhes era mais importante. Bombardeada inclusive por parte expressiva da bancada do PMDB, a centralização absoluta dos trabalhos constituintes nas mãos da "Grande Comissão" parece condenada a sucumbir, abandonada no momento pela própria cúpula do partido majoritário. Além de restringir as possibilidades de pressão popular, ela cria parlamentares de primeira e

segunda categoria", acusa o deputado Lysâneas Maciel, refletindo o sentimento de boa parte de seus colegas. Também parece ser alvo de ataques generalizados a idéia de limitar os trabalhos a um tempo tão exiguo como proposto inicialmente.

Os primeiros dias da Constituinte revelaram, por fim, uma novidade promissora. Obrigado a se movimentar rapidamente para enfrentar o "rolo compressor" dos conservadores, um grupo de deputados mais progressistas acabou atuando de forma conjunta e articulada na maior parte das discussões e votações. E talvez o fato que melhor expressa esta unidade em torno de objetivos comuns seja o lançamento da candidatura de Lysâneas Maciel para enfrentar Ulysses na disputa pela presidência da Constituinte. Sugerida inicialmente pelo líder do PC do B, a proposta foi ganhando adeptos progressivamente. Recebeu o apoio da bancada do PT e de setores progressistas do PMDB e do PDT. Os 69 votos que Lysâneas recebeu "são altamente expressivos - diz Haroldo Lima - se se considera que houve apenas dois dias para todas as articulações e que havia uma enorme pressão em favor de Ulysses Guimarães".

### PONTOS SUBSTANTIVOS

Quais as possibilidades de que esta primeira iniciativa evolua para a construção de uma espécie de bloco progressista na Constituinte? E quais as chances desse bloco obter a adesão de uma parcela expressiva de deputados? Ouvidos pela Tribuna, alguns dos deputados que votaram em Lysâneas Maciel mostraram-se otimistas. "Embora a formação de blocos parlamentares costume ser um processo longo - declarou o próprio Lysâneas no dia 3 -, as votações de ontem demonstram que há um grupo progressista embrionário, que certamente continuará articulado".

A deputada Benedita Silva, do PT do Rio de Janeiro, vai além. Ressaltando que não acredita em frentes artificiais, ela diz acreditar que a unidade progressista pode se fortalecer e se ampliar quando forem discutidos pontos mais substantivos, como a dívida externa.

Já Aldo Arantes, deputado pelo PC do B de Goiás, alertou que a construção de um bloco progressista na Constituinte precisa ser perseguida afastando as tendências de vedetismo. "Ninguém pode pretender arvorar-se em pai da idéia" - destacou. "Além disso, para que prospere é necessário que ela não seja uma articulação exclusivamente parlamentar. Precisa ser construída na base, através da formação de plenárias populares nos Estados. É dessa forma - arrematou - que poderemos reunir forças até para vencer as teses conservadoras na Constituinte". (Antônio Martins)

# Congelamento dá em água e o Cruzado perde para a inflação

O governo deu um golpe de misericórdia no congelamento de preços. Na semana passada, reduziu de 2.500 para 400 a lista de produtos tabelados pela Sunab. A decisão foi fruto de um novo acordo de cavalheiros com os capitalistas, celebrado dia 4 em Brasília.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pretendia promover um processo de "realinhamento de preços" administrado, de forma a não perder completamente o controle da inflação. Porém, os interesses dos grandes grupos empresariais falaram mais alto.

## LEIS DE MERCADO

Na quarta-feira, ao mesmo tempo em que reduzia a lista de produtos tabelados, o governo

concedeu reajustes de preços para 21 mercadorias, entre eles ovos e frangos, dando continuidade à política de realinhamento, que deverá perdurar pelo menos durante mais 10 dias.

O próprio Funaro disse a um deputado do PMDB que a alta dos preços deverá chegar a 17% em fevereiro. A estimativa de inflação no mês de janeiro, feita pelo Banco Central, oscila entre 15% a 20%. É com esta projeção que o órgão dá sinal

aos banqueiros, que voltaram a elevar suas taxas de juros: para operações de capital de giro elas giravam em torno de 500 a 600% e para crédito pessoal ultrapassaram 800% ao ano.

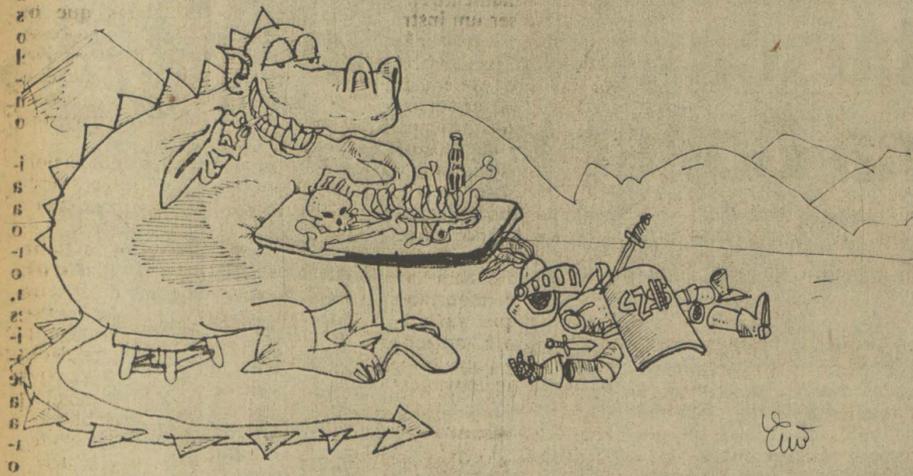
As decisões da semana passada constituem um recuo formidável para quem há menos de um ano prometia inflação zero e decretava o congelamento por um período não inferior a 12 meses. Um passo atrás facilmente explicável. Para entendê-lo basta lembrar o ultimato lançado pelo presidente da Fiesp (veja abaixo), que ameaçou paralisar a produção das indústrias paulistas caso os preços não fossem imediatamente liberados. As

empresas, por sinal, já estavam estocando produtos ou mesmo suspendendo suas atividades, além de cobrarem ágio e praticarem toda sorte de ilegalidade.

A oficialização do descongelamento não chega a surpreender, já que o governo vinha fazendo seguidas concessões aos grandes grupos econômicos e, naquela altura, a batalha contra a inflação parecia estar definitivamente perdida (as coisas chegaram a tal ponto que a tabela de conversão diária cruzeiro/cruzado perdeu inteiramente o seu significado e não é improvável que, dentro de pouco tempo, mantida a atual tabela, o cruzeiro passe a valer mais do que o cruzado em decorrência da inflação).

## NOVOS GOLPES

Preparam-se, contudo, novos golpes contra o povo. O patronato continua pressionando para que se ponha fim ao gatilho da escala móvel. Fala-se também em outro choque econômico, que com toda certeza não virá em benefício dos trabalhadores. Ao lado disto, mesmo admitindo ter perdido as rédeas da inflação, o governo quer controlar o índice, pelo menos o que reajusta os salários: manteve tabelados os produtos que têm maior peso na composição do INPC. Isto poderá significar novas manipulações, uma vez que o IBGE costuma ignorar o ágio, trabalhando com preços oficiais fora da realidade. Outra distorção é a correção de contratos como o aluguel pela OTN, que sem dúvidas ficará acima do INPC.



## As chantagens dos patrões e da multinacional dos sanduíches

É uma verdade há muito estabelecida que a justiça burguesa tem dois pesos e duas medidas. Implacável contra os trabalhadores, é cega, rigorosamente cega, quando seus preceitos são descaradamente desrespeitados pelos próprios capitalistas. Na última semana, duas ações de representantes destacados do empresariado contribuíram para tornar ainda mais evidente esta realidade.

A primeira é de responsabilidade do Sr. Mário Amato, que preside a mais importante entidade patronal brasileira, a FIESP. Acostumado a pregar a "desobediência civil" contra o congelamento, na última segunda-feira, dia 2, ele foi ainda além, ao ameaçar com a paralisação de toda a indústria paulista caso o governo não realinhasse os preços até o dia 4, no máximo. Um dia depois o CIP autorizou novos aumentos de preços. O senhor Mário Amato, aparentemente satis-



A multinacional McDonald's fechou as portas num desafio ao governo

feito, chegou a dizer que foi "mal interpretado" pela imprensa. Mas seu recado foi ouvido e a reivindicação satisfeita.

A segunda ação foi patroci-

nada pela cadeia internacional de lanchonetes Mac Donald's, de origem americana. Dias depois de ter uma das lojas da cadeia autuada pela Sunab por ter majorado seus preços em

até 85%, Gregory Ryan, presidente da Retsco, empresa que controla o Mac Donald's, determinou o fechamento de todas as 17 lanchonetes que o grupo mantém no Estado de São Paulo. "Ou aumento os preços ou fecho as portas" - ameaçou Ryan, engrossando a enorme pressão que os capitalistas exerceram até alcançarem o descongelamento geral de preços, anunciado dia 15 por Funaro.

O senhor Paulo Brossard, ministro da Justiça que acumula as funções de latifundiário, acostumou-se a defender as leis arbitrárias do regime militar quando os trabalhadores puseram-se em luta por aumentos de salários. Contra as ameaças dos capitalistas não ouviu-se a sua voz: continua cego e mudo, não foi à televisão, não fez qualquer pronunciamento. Pelo menos até a última sexta-feira, o congelamento era lei, mas a Justiça, com toda a certeza, é burguesa...

## Sindicalistas protestam e falam em greve

A decisão do governo de acabar de vez com o congelamento gerou grande revolta nos meios sindicais. A medida inviabilizou definitivamente a idéia do

pacto social mesmo entre os dirigentes mais vacilantes e reforçou a posição de que o sindicalismo deve mobilizar as bases - inclusive preparando terreno para deflagração de uma nova greve geral.

Para Neleu Alves, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o descongelamento resultará num grande crescimento inflacionário. "Se antes os patrões cobravam ágio, agora estão liberados para disparar os preços. A situação do país pode ficar insustentável". Na opinião do sindicalista, "o governo mostrou mais uma vez que não tem força. Curvou-se vergonhosamente às pressões dos patrões".

Segundo informa, a revolta nas fábricas já se manifestou na quinta-feira, dia 5. "Os operários estão descontentes com o Sarney. Querem que mude tudo no governo". Por último, ele comenta: "O descongelamento só tem um efeito positivo: ele obriga o movimento sindical a se unir para lutar por mudanças na política econômica, deixando de lado a balela do pacto e a divisão, podemos retomar o caminho da última greve geral".

### "IR PARA OFENSIVA"

Cláudio Spicciati, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, é de opinião que o descongelamento mostrou a capitulação do governo diante das pressões do patronato. "Ele cedeu num ponto que era essencial para o povo, o controle da carestia de vida". Para ele, "a situação econômica do país agora vai se complicar. Podemos voltar ao passado, ao período do regime militar, quando a inflação era incontável. A remarcação dos preços vai voltar a ser uma cena cotidiana".

Finalizando, Cláudio acha que "o movimento sindical deve partir para a ofensiva. O tal do pacto se mostrou um fiasco. Não há condições de diálogo entre patrões, empre-

sários e trabalhadores. A única saída é a luta, é a pressão popular. E não devemos descartar a possibilidade de uma nova greve geral. Precisamos é prepará-la melhor".

### "CONVULSÃO SOCIAL"

"O governo tomou uma decisão arriscada. Daqui para frente vai estourar greve por todos os cantos e pode haver até uma convulsão social". A opinião, em tom alarmante, é de Vidor Jorge Fanta, tesoureiro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (Fetaesp).

Vidor afirma que "o governo cede cada vez mais aos poderosos, sempre piorando a vida dos trabalhadores. O congelamento já era uma fantasia. Nenhum patrão o respeitava. A única coisa que estava realmente congelada era e é o salário. Agora, com esta medida covarde do governo, os empresários vão disparar os preços. Ninguém vai respeitar a tabela de preços e a inflação vai ficar insuperável".

Ele informa que os pequenos produtores estão em clima de guerra. "A inflação já está comendo tudo o que o lavrador planta. Imagine daqui para frente". E conclui: "O negócio agora é partir para luta".



A plenária final da reunião dos comunistas em Brasília

## PC do B termina reunião com ato por união popular

Um grande ato em defesa de uma Constituinte progressista. Foi isso que presenciaram as 700 pessoas que se dirigiram ao Centro de Convenções de Brasília, na noite do último dia 30, para participar da solenidade de encerramento da Reunião Nacional do PC do B.

Na mesa, a participação de representantes de diversos partidos políticos e entidades populares demonstrava a preocupação dos comunistas em debater suas idéias com um amplo leque de forças progressistas. Estavam presentes, além de membros da direção nacional e de cinco parlamentares eleitos pelo PC do B, o senador Aloísio Bezerra (PMDB-AC); os deputados federais Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), Odorico Pinto (PMDB-BA) e Ana Rattes (PMDB-RJ); o prefeito de Camaçari, Luís Caetano; o ex-deputado Aurélio Peres e o primeiro-secretário da CGT, Sérgio Barroso. Foram também anunciadas as presenças dos presidentes da UNE e da UBES, do representante da CPB e de dezenas de diretores de sindicatos, associações de moradores e outras entidades populares.

Nos discursos a luta para alcançar a unidade ficou ainda mais clara. Embora ressaltando a frustração do povo em suas aspirações por mudanças, o presidente do PC do B, João Amazonas, declarou-se otimista: "Estou convencido - afirmo - que não há força capaz de deter a luta pelo progresso econômico, político e social da pátria; que se forjará uma imensa aliança de forças democráticas e progressistas em torno destes objetivos". Foi secundado pelo líder do partido na Constituinte, deputado Haroldo Lima, que destacou: "A bancada estará atenta para, com outros democratas e patriotas, levantar-se em busca de uma Constituinte que seja soberana e que atenda aos reclamos do povo brasileiro".

### BUSCA DA UNIDADE

O ato demonstrou que a preocupação em alcançar unidade de ação entre as forças progressistas encontrou eco em setores de outros partidos. "Defendo a formação de plenárias constituintes para que haja pressão e controle permanente sobre ação dos parlamentares. Sei que essa pressão é fundamental para que os deputados progressistas possam enfrentar os conservadores no plenário" - alertou o deputado Cássio Cunha Lima.

Outros oradores insistiram nesse ponto e foram vivamente

## Derrota do revisionismo

Em 18 de fevereiro de 1962, há 25 anos, realizou-se a Conferência Extraordinária do Partido Comunista do Brasil. O acontecimento assinalou o desfecho de uma importante batalha no interior do movimento comunista em nosso país. Luís Carlos Prestes, encabeçando um grupo oportunista que havia assaltado a direção do partido, tentava transformar a organização revolucionária do proletariado num agrupamento reformista e de colaboração com a burguesia. Os marxistas-leninistas, tendo à frente, João Amazonas, Maurício Grabois e outros, não aceitaram esta traição e, na conferência, romperam definitivamente com os revisionistas, reorganizando o PC do B.

Para relembrar esta data histórica e tirar lições para as lutas de hoje, o Diretório Nacional do PC do B, na reunião de 28, 29 e 30 de janeiro, em Brasília, determinou "a todos os diretórios regionais que programem atos públicos no dia 18" e que "todos os organismos, em sua área de atuação, devem promover atividades de discussão deste acontecimento com as massas, ativistas e militantes". Decidiu ainda que "os parlamentares do partido devem fazer pronunciamentos a respeito".

Em São Paulo, no dia 18, às 19 horas, haverá um grande ato público, na Assembleia Legislativa, com a presença de João Amazonas, presidente nacional do PC do B.

saudados pela platéia, que se manteve atenta e participante até o final do ato, quando já passava de 22 horas. Esse entusiasmo comoveu a deputada Ana Rattes, que expressou em seu discurso o sentimento que marcou a solenidade. "Se tivermos na Constituinte a imagem das bandeiras vermelhas tremulando diante de nós - disse ela - teremos a coragem de lutar contra tudo e contra todos. Queremos ver as forças progressistas se dando as mãos, esquecendo divergências secundárias e caminhando para uma grande convergência: a união do povo para salvar o país".

## Reunião das comunistas

Mulheres comunistas, dirigentes e ativistas do movimento de mulheres de vários Estados, presentes à reunião do PC do B em Brasília, fizeram um balanço de sua atuação na frente feminista. Constataram que o ano de 1986 caracterizou-se pela grande mobilização em torno da Constituinte, tendo sido realizado inclusive um encontro específico sobre o tema na capital da República. Isso coloca, inclusive, a necessidade de refletir, na nova Carta, premissas básicas para a igualdade entre homens e mulheres. A eleição de 26 mulheres para a Assembleia Constituinte reflete, em certa medida, o avanço da participação da mulher na sociedade.

As comunistas consideraram que o crescimento da consciência das mulheres em

relação à dupla opressão de que são vítimas impõe ainda mais a necessidade de organizações feministas fazerem avançar este processo. É urgente sua participação ativa na luta pelos direitos políticos, pela reforma agrária, repúdio à investida do governo de impor o controle da natalidade, em defesa da soberania nacional etc.

As mulheres comunistas concluíram pela necessidade de difusão da corrente emancipacionista. Corrente que entende só ser possível a libertação da mulher de sua situação de discriminada e oprimida, no bojo da libertação da classe operária, na luta pelo socialismo. Nesse sentido, ganha relevo a difusão da revista "Presença da Mulher", veículo de difusão dessas idéias. (Ana Maria Rocha)



Cláudio: "governo capitulou"



Neleu: "podemos retomar caminho da última greve geral"

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## A luta na Constituinte

Segundo o consultor-geral da República, Saulo Ramos, "a assembléia Constituinte não pode alterar as regras institucionais vigentes". Ou seja, enquanto não for aprovada a nova Carta Magna "estaremos todos sujeitos ao império e à autoridade do que se contiver na Constituição em vigor".

## PODER MAIOR

Esta fórmula agride frontalmente a soberania da Constituinte pois, durante o seu funcionamento, estará submetida às regras fascistas da Constituição de 1969. Este é efetivamente o pensamento das classes dominantes, que pretendem limitar ao máximo os poderes da Constituinte.

Os trabalhadores, pelo contrário, pretendem que a Constituinte seja efetivamente o poder maior do país que, ao se instalar, deve confirmar ou não o mandato do atual presidente da República, revogar no todo ou em parte a Constituição vigente, administrar a transição até que a nova Constituição seja aprovada. As forças progressistas entendem que uma vez abertos os trabalhos da Constituinte, todas as instituições se tornam automaticamente provisórias.

A luta entre estas duas concepções trava-se desde o primeiro momento da Constituinte. Os deputados e senadores eleitos prestaram juramento na Câmara Federal e no Senado, enquanto deveriam fazê-lo na Constituinte. Os senadores eleitos em 1982, não deveriam ter o direito de participar da Constituinte, mas a maioria conservadora lhes deu este privilégio logo na seção de abertura dos trabalhos. O deputado Ulysses Guimarães, depois de muitas manobras e pressões, passou a ser presidente do PMDB, da Câmara Federal e da Constituinte - tudo isto no esforço desesperado para manter as coisas sob controle em todas as frentes.

## PAVOR DA BURGUESIA

A burguesia se apavora porque a Constituinte deveria colocar em discussão todas as instituições. Sem condições de resolver os problemas vitais do país, ela teme que esta instabilidade abra brechas para a luta popular e para conquistas importantes no sentido da democracia, do progresso e da soberania nacional. Por isto mesmo, já ficou claro que os conservadores pretendem sufocar ao máximo os debates e, na medida do possível, levar as coisas para plenário já amarradas em conchavos de bastidores.

Os trabalhadores, por sua vez, têm interesse em colocar o país em discussão, de repensar o Brasil em profundidade. A instabilidade, no sentido da provisoriedade das instituições e no sentido da maior soberania da Constituinte, cria melhores condições para as mudanças. Sem alimentar ilusões, mas fazendo uma política firme, buscando alianças sem excluir ninguém a priori, os representantes mais ligados ao povo podem obter muitas vitórias.

Algumas correntes políticas tratam de desmoralizar a Constituinte devido ao seu caráter conservador. Com isto tentam levar o povo a abandonar a luta no seu interior. No fundo fazem o jogo da direita, que se sentiria livre para manobrar à vontade. Existe uma expectativa popular muito grande de transformações progressistas no país. Mobilizar esta força para pressionar a Constituinte é hoje uma tarefa de primeira ordem. Seria um grave equívoco abandonar o campo de batalha sem luta. Defender a soberania da Constituinte, denunciar cada manobra dos conservadores, colocar a burguesia na defensiva é o papel dos parlamentares democratas.

(Rogério Lustosa)

## A maçã amarga do anti-marxismo

Neste mês comemoram-se 110 anos da publicação, no jornal do Partido Social Democrata Alemão, dos artigos reunidos depois no livro "Anti-Dühring", escrito por Friedrich Engels. Numa época como esta, em que toneladas de papel e filmes são lançados no



Apesar da doença e de inúmeros trabalhos, Engels aceitou criticar o sr. Dühring

## "Do socialismo utópico ao socialismo científico"

Publicado pela primeira vez em 1880, na França, este folheto apresenta três capítulos do "Anti-Dühring". Em seu prefácio, Engels analisa o desenvolvimento do conhecimento durante as revoluções burguesas na Inglaterra e França, mostrando a evolução do materialismo nestes dois países e o papel desta concepção filosófica no combate ao idealismo. Grande atenção merece por parte de Engels a análise das diferenças entre a revolução francesa e a inglesa, dando ênfase ao seu caráter político.

No primeiro capítulo, o autor aborda o papel dos socialistas utópicos no nascimento das idéias socialistas, sintetizando as principais propostas dos três expoentes desta corrente: Saint-Simon, Fourier e Robert Owen.

No capítulo seguinte, Engels mostra de forma muito clara e didática as diferenças entre a concepção metafísica de mundo e a concepção dialética. Descreve o papel de Hegel na destruição dos alicerces da concepção metafísica de mundo, por ter sido o primeiro pensador a sintetizar a concepção dialética. Engels explica no que consistia o idealismo de Hegel e no que o método dialético materialista é mais avançado do que a



dialética hegeliana.

No terceiro e último capítulo, Engels expõe a concepção materialista da história, o papel das contradições, a importância da base econômica no desenvolvimento da luta de classes, explicando os princípios do socialismo científico em todos os seus aspectos.

Ao contrário do "Anti-Dühring", "Do socialismo utópico ao socialismo científico" é um livro mais facilmente encontrável nas livrarias e bibliotecas.

mercado para denegrir o marxismo e as idéias avançadas, este trabalho primoroso de Engels mantém a atualidade e ajuda as novas gerações de operários conscientes e revolucionários a compreender melhor a história.

O estudo, a elaboração da teoria do ponto de vista marxista, não é impulsionado apenas pela curiosidade ou pela necessidade pessoal de saber do autor, mas alimenta-se e é construído ligada às condições históricas. Foi com este espírito que Engels resolveu "fincar os dentes nesta maçã amarga", como ele mesmo disse. Sua tarefa, a pedido de vários amigos alemães, se tratava de desmascarar a insidiosa "doutrina" do sr. Eugén Dühring, que se propunha a reformar o socialismo.

Engels, ao relatar em que condições elaborou este trabalho - contou com a colaboração de Karl Marx, que inclusive redigiu o capítulo X - demonstra que a polêmica deve ser fruto de uma necessidade concreta, guiada por um posicionamento científico de classe, deve ser um instrumento que ajude a revolução. Naquela época, o professor Dühring escreveu um farto e pretencioso livro, em que afirmava ter solucionado e colocado luz nos principais problemas no campo da filosofia, economia e teoria do socialismo. O volume pseudo-científico se mostrou um misto de oportunismo e confusão neste três campos. A verdade é que seus escritos não tiveram repercussão imediata e nem tampouco tinham grande importância teórica. Acontece que surgiram aqueles que passaram a utilizar as idéias do sr. Dühring para levar a influência burguesa ao movimento operário.

## Engels combate Dühring na filosofia

Foi então que Engels cumpriu a missão de desmascarar este ideólogo burguês, colocando no devido lugar as elocubrações do sr. Dühring. "A subversão da ciência pelo senhor Dühring", o primeiro título dado à crítica que acabou sendo conhecido como "Anti-Dühring", é uma obra clássica do marxismo. O texto final, que é uma compilação de vários artigos publicados no jornal do Partido Social Democrata alemão, "Vorwärts", traz da introdução à última página grandes e atuais ensinamentos para os que queremos estudar, aplicar e propagandear a doutrina marxista, o socialismo científico.

O pensamento eclético, ou seja, aquela que procura reunir teses de sistemas diversos sem a preocupação com princípios, característica do trabalho do sr. Dühring, combinava o positivismo, o materialismo mecanicista e o idealismo declarado. Sua obra rebatia Marx e Engels nas três partes constitutivas do marxismo: a filosofia, a economia política e o socialismo. Assim, a fim de responder a este autor, o "Anti-Dühring" de Engels divide-se também desta maneira, em três seções. Na introdução e na primeira parte - a filosofia - Engels, ao criticar a concepção filosófica de Dühring, expõe os princípios do materialismo dialético e histórico, reafirma, contra o idealismo de Dühring, a solução materialista da questão fundamental da filosofia.

Contra as concepções mecanicistas de Dühring, Engels aprofunda as noções de matéria e movimento, sintetiza a concepção dialética de movimento e sua relação com a matéria. Pela primeira vez, neste livro, Engels expõe amplamente o problema das formas de movimento da matéria. Mostra também, de maneira extremamente avançada para sua época e ainda atual, que as diferentes ciências não devem conceber o mundo como se este fora estanque, mas sim, estudar as diferentes formas do movimento da matéria, que é uma e se desenvolve como um todo articulado. Utilizando exemplos extraídos das ciências naturais e históricas, Engels explica o caráter evolutivo da natureza, da sociedade e do conhecimento. Reafirma o materialismo e seu desenvolvimento devido à existência de leis objetivas, destacando ao mesmo tempo a possibilidade de se conhecer estas leis.

Ao aplicar o método materialista dialético e histórico ao estudo da sociedade e da natureza no seu tempo, Engels projeta importantes considerações sobre numerosos problemas das ciências sociais e naturais. Ao abordar a relação dialética entre a matéria, o espaço e o tempo, demonstra a infinitude do tempo e do espaço. Em nossos dias, os conhecimentos mais avançados no campo da física, como é por exemplo a teoria da relatividade de Einstein, reafirmam do ponto de vista científico, a justeza das conclusões de Engels sobre a objetividade do

tempo e do espaço e sua dependência em relação à matéria.

Em seu livro, Engels critica as concepções tanto metafísicas como dogmáticas de conhecimento e verdade, refuta o conceito abstrato de igualdade, de liberdade e mostra seus limites históricos concretos. Referindo-se às questões do materialismo histórico, Engels explica a origem da propriedade privada, das classes e do Estado, que eram apresentadas por Dühring como sendo a concretização histórica dos anseios do povo, como um elemento acima das classes. Ainda desmascarando Dühring, nega que o Estado e o direito, a moral e a religião são eternos e imutáveis. Afirma que só podem ser estudados e entendidos em estreita ligação com o desenvolvimento da base econômica da sociedade, das relações que os homens mantêm entre si do processo de produção. Só assim é possível entender sem idealismo o papel destes elementos na sociedade, assim como o desenvolvimento a que estão submetidos.

Na segunda parte - economia política -, Engels define o objeto desta ciência, expõe com brilhantismo a teoria marxista do comércio e do valor, da exploração dos assalariados. Explica o que é o trabalho não pago, as questões da renda da terra, da anarquia da produção e as crises de superprodução. Dispensou particular importância ao debate ideológico nos capítulos em que expõe suas conclusões sobre o papel da violência na história, demolindo a "teoria da violência" de caráter idealista que afirma ser a violência o móvel principal da vida social.

Engels mostra o papel decisivo das condições econômicas no estudo da história, analisando a relação entre a violência e a luta de classes.

Na terceira seção - o socialismo -, Engels elaborou um resumo dos princípios do socialismo científico que, ao contrário do socialismo utópico, se apoiam no conhecimento das leis objetivas do desenvolvimento da sociedade, que atuam independentemente da vontade dos homens, mostrando, ao mesmo tempo, o papel da consciência na história e a origem das aspirações humanas.

## O socialismo como uma necessidade objetiva

Em seu texto, o autor evidencia que a substituição do capitalismo pelo socialismo é uma necessidade objetiva, provando cientificamente que as contradições internas do capitalismo tornam inevitáveis a superação histórica deste modo de produção. Nesta parte Engels dedica especial atenção ao papel do proletariado na história, destacando que o capitalismo engendrou dentro de si a força que o destruirá. Segundo ele, o caminho que leva ao socialismo, passa necessariamente pela revolução socialista do proletariado, que se apodera do poder do Estado e o transforma em Estado do proletariado.

Um dos mais importantes ensinamentos desta última parte do livro é a explicação clara de que o socialismo não se caracteriza como verdade absoluta, mas o seu caráter científico exige o estudo das leis objetivas do desenvolvimento da história, no mundo e em cada país em particular. É preciso entender, em cada momento, como se desenvolve a luta de classes, suas características específicas e gerais, e projetar à luz deste estudo a atuação consciente visando sua solução revolucionária.

Engels, falando sobre a sociedade comunista, aponta no "Anti-Dühring" alguns de seus traços, levantando a inexistência nesta sociedade avançada da oposição entre a cidade e o campo, o trabalho intelectual e o manual. Em seu livro "Do socialismo utópico ao socialismo científico", (ver quadro), Engels aprofunda as conclusões do "Anti-Dühring", em uma linguagem extremamente simples e direta. Estas duas obras não podem deixar de ser lidas pelos revolucionários, principalmente pelos operários conscientes. São de grande valor teórico; uma arma poderosa para entender os conceitos fundamentais da teoria marxista e da análise dos problemas atuais da luta de classes. A luta econômica e a política não podem prescindir da batalha teórica, que se desenvolve contra as deturpações e as idéias burguesas no movimento operário. Nesta importante frente da polêmica ideológica não se pode ignorar o livro "Anti-Dühring". (Madalena Guasco)

## DE OLHO NO LANCE

## Mau começo

Na seção de diplomacia dos deputados na Câmara Federal, o deputado Haroldo Lima, logo na abertura dos trabalhos, usou o microfone do plenário para levantar uma questão de ordem. Em nome da bancada comunista, Haroldo afirmava que os deputados não poderiam jurar a atual Constituição e mais, que o juramento não deveria ser na Câmara Federal e sim na própria Constituinte.

À tarde, a instalação da Constituinte foi presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves. E o "perigo" de algum dos constituintes usar a palavra estava afastado: não havia microfones no plenário.

Desta forma o poder maior do país foi instalado sem a presença do povo, que ficou do lado de fora, no gramado, apenas escutando o discurso de Moreira Alves, e sem que os representantes do povo eleitos pudessem usar a palavra.

Para completar, o ministro Moreira Alves resolveu dar uma aula enfadonha, reacionária e pretenciosa aos deputados e senadores eleitos. Tudo isto só serviu para acentuar o caráter conservador da Constituinte e alertar o povo que sem muita luta nada se conseguirá de democrático.

Marx contribuiu na elaboração do capítulo econômico do "Anti-Dühring"



Constituinte do Brasil  
Fundação Municipal Gracioso



Foto: Ailton S. Leite

Mais de 700 delegados participaram do encontro da CGT

## Plenária da CGT rejeita pacto social

Às vésperas da instalação da Constituinte, nos dias 30 e 31, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) realizou em Brasília a sua 1ª Plenária Nacional. Dela participaram cerca de 350 entidades sindicais e 700 delegados de todo o país. Entre suas resoluções mais importantes, a plenária aprovou o fim das negociações em torno do chamado "pacto social".

A questão do "pacto social", das negociações tripartites entre governo, empresários e trabalhadores, polarizou os debates no encontro da CGT. Uma minoria, composta principalmente por dirigentes de confederações e adeptos do PCB, ainda defendeu a continuidade das conversações, ou sua suspensão temporária. Mas a maioria dos sindicalistas, alegando que as negociações não deram em nada e visava apenas conter a luta dos trabalhadores, rejeitou a possibilidade da CGT retornar às conversações com patrões e governo. Na votação final, esta posição venceu por ampla margem.

A plenária aprovou também outras importantes resoluções, como a realização de uma campanha nacional pela suspensão do pagamento da dívida externa e pela reforma agrária. No tocante à Constituinte, foram aprovadas propostas como o fim do sistema presidencialista; fortalecimento e democratização do Poder Legislativo; Congresso unicameral com a conseqüente extinção do Senado; e que o papel das Forças Armadas se resume à defesa de nossas fronteiras sem interferir na política interna.

Estas resoluções representaram o crescimento e fortalecimento da corrente classista e combativa no interior da CGT, ao mesmo tempo em que houve a derrota das posições imobilis-

tas e atrasadas. Para detalhar melhor o que foi a 1ª Plenária Nacional, a Tribuna Operária entrevistou o vice-presidente da regional Nordeste da CGT, Renildo de Souza.

### GREVE GERAL

**TO:** Quais foram as primeiras deliberações da Plenária Nacional da CGT?

**Renildo:** A CGT decidiu pôr fim à sua participação no entendimento nacional, no chamado pacto social do governo. Isto por entender que este pacto não responde às reivindicações históricas dos trabalhadores e, por outro lado, não toca nas questões fundamentais da crise brasileira - como a dívida externa e a reforma agrária. Outra decisão importante diz respeito à deflagração de uma campanha nacional pela suspensão do pagamento da dívida externa e pela reforma agrária.

Além disso, foi aprovado um intenso plano de lutas, com assembleias nos Estados, e também com a realização de plenárias sindicais unitárias, onde for possível. Quando for inviável, a CGT deverá realizar suas próprias plenárias. Toda esta mobilização culminará com uma Plenária Nacional unitária envolvendo CGT, CUT, USI e as confederações nacionais, no período de 30 de março a 4 de abril.

**TO:** Esta mobilização poderia desembocar numa nova

### greve geral unitária?

**Renildo:** Exatamente isso. A situação atual é de crise econômica muito profunda. O governo tem adotado uma orientação antipopular, antinacional. Ele está claudicando, cedendo posições e fazendo concessões freqüentes ao capital estrangeiro, ao latifúndio e ao empresariado. A situação dos trabalhadores se agrava com a ameaça de recessão, com o retorno da inflação galopante e a manutenção do arrocho salarial. Por isso, em todo esse processo de mobilização está colocada a avaliação da conjuntura e a discussão sobre a possibilidade de uma nova greve geral. Além disso, a CGT também aprovou sua pauta de reivindicações. Em torno dela se dará esse processo de mobilização.

### TO: Quais são estas reivindicações?

**Renildo:** Essencialmente são as seguintes: anulação de todos os processos movidos na justiça contra os dirigentes sindicais que participaram da greve geral do dia 12 de dezembro; suspensão do pagamento da dívida externa; reforma agrária; salário mínimo de Cr\$ 4.884 conforme os cálculos do Dieese; jornada de trabalho de 40 horas semanais; estabilidade no emprego; liberdade e autonomia sindical; direito de sindicalização ao funcionalismo público; direito irrestrito de greve; reajustamento geral dos salários de todos os trabalhadores e dos proventos dos aposentados e pensionistas; escala móvel de salários com o patamar de 5% de inflação; índice de inflação calculado pelo Dieese e o IBGE; congelamento dos preços, das tarifas e dos aluguéis.

### TO: Quais foram as principais resoluções políticas da plenária?

**Renildo:** A segunda parte da reunião dedicou-se às questões atinentes à Constituinte. As propostas aprovadas visam contribuir para que a Constituinte seja de fato democrática e progressista. Neste sentido, a plenária defendeu que a Constituinte deve consignar o fim do presidencialismo, sistema anacrônico que promove a crise e a instabilidade democrática em nosso país. Outra decisão importante foi quanto ao fortalecimento e democratização do Poder Legislativo. Também foi adotada a posição da defesa do congresso unicameral, extinguindo por conseguinte o Senado.

Uma questão que gerou controvérsia foi quanto ao papel das Forças Armadas. No final venceu a posição mais avançada, que afirma que os trabalhadores devem pugnar para que na nova Constituição as Forças Armadas tenham o seu papel reservado única e exclusivamente para defesa do país da agressão externa, para defesa das nossas fronteiras, sem poder interferir na ordem interna.

### TO: O que representou esta plenária para a CGT?

**Renildo:** Sem dúvida, esta plenária serviu para fortalecimento político da CGT, para que ela se colocasse com mais autoridade como porta-voz dos trabalhadores. Foi uma plenária vitoriosa, inclusive do ponto de vista de sua representatividade. (Francisco Messias)

## As propostas da Contag para a Constituinte

Nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro a Contag reuniu em Brasília, na sede do Clube dos Servidores, 2 mil trabalhadores rurais de todo o país no Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais pela Reforma Agrária.

Durante os dois dias de reunião, os trabalhadores rurais discutiram: reforma agrária, política agrícola, organização sindical, direitos dos trabalhadores, justiça do trabalho, previdência social, educação e criação da Justiça Agrária.

Ao final do encontro foi aprovado um documento base a ser encaminhado à Assembléia Nacional Constituinte contendo as aspirações do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Na tarde do dia 1º os camponeses participaram ativamente da manifestação unitária promovida pela CGT, CUT e partidos políticos em frente ao Congresso Nacional.

Durante o encontro, promovido pela Contag, o ministro Dante de Oliveira da Reforma Agrária, fez uma exposição sobre o andamento lento da reforma agrária, sendo submetido a uma verdadeira sabatina pelos trabalhadores que denunciaram a capitulação do governo Sarney frente a UDR e aos conservadores que não querem ver a reforma agrária ser aplicada no Brasil. Quando entrou na pauta a política agrícola, o ministro Iris Rezende, que havia se comprometido a ir discutir com os trabalhadores, na última hora desistiu de comparecer e mandou um representante que foi duramente vaiado e impedido de falar, sendo retirado do recinto pela diretoria da Contag.

### FIM DA VIOLÊNCIA

Diz o documento base aprovado no encontro da Contag: "Os trabalhadores rurais entendem que deve ser aprovada uma Constituição que consagre as liberdades políticas criando uma nova ordem econômica e social, um estado de direito justo e democrático. A nova Constituição deve, programaticamente, estar voltada para o futuro, abrindo caminhos para o progresso e a consolidação da democracia".

Entendem os trabalhadores rurais brasileiros, que a questão fundiária precisa ter um tratamento adequado, que assegure o fim da violência praticada contra os trabalhadores, que defenda a soberania nacio-

nal e ponha fim ao latifúndio. O documento base aprovado no Encontro promovido pela Contag, Fetag's e sindicatos de trabalhadores rurais reclama a inclusão na futura Constituição: suspensão imediata da dívida externa, dos seus juros e rompimento de todos os acordos celebrados com o FMI e outros órgãos financeiros; reforma agrária ampla, massiva e antilatifundiária, criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária constituído de 5% do orçamento da União; desapropriação das terras em mãos do capital estrangeiro e proibição de pessoa jurídica estrangeira possuir terras no país; adoção do instituto de área máxima considerando as características regionais do país. Na organização sindical defende o documento: liberdade e autonomia sindical com unicidade; proibição de intervenção, suspensão ou dissolução administrativa das entidades sindicais; proibição de intervenção do governo na gestão política, administrativa e financeira dos sindicatos; reconhecimento das comissões de fábricas, fazendas, usinas, empresas rurais e estabilidade dos integrantes das comissões e delegacias sindicais.

Com relação aos direitos dos trabalhadores, propõe o documento: jornada de trabalho de 8 horas por dia não ultrapassando 40 horas semanais; salário família à base de 5% do salário mínimo por filho ou dependente; 13º salário; participação direta na gestão e lucro

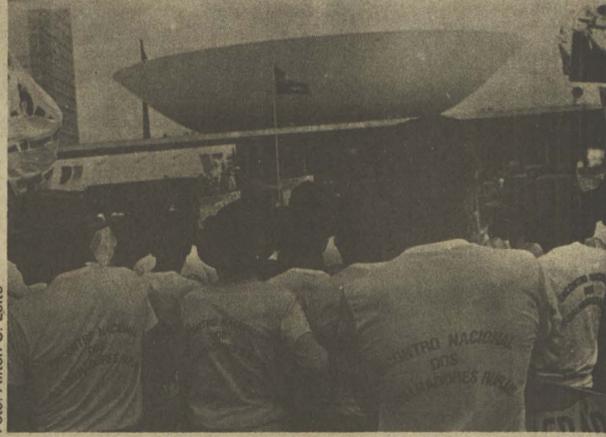


Foto: Ailton S. Leite

Caravana dos trabalhadores rurais no ato em frente ao Congresso

das empresas; repouso remunerado nos sábados, domingos e feriados civis e religiosos; repouso remunerado para a mulher antes e depois do parto; previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez, morte, seguro contra acidente; proteção à maternidade; aposentadoria para as mulheres aos 25 anos de serviço; manutenção de creches pelas empresas, fazendas, usinas, em local adequado. Afirma ainda a plataforma apresentada aos constituintes que é preciso assegurar na futura Constituição pleno restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais; exclusão imediata das leis e emendas que refletem o período da ditadura militar.

### "ESQUECIMENTO"

A abertura das discussões foi agitada por diversos sindicalistas entre os quais Divino Goulart, presidente da Fetag e Wilson Furtado, secretário-geral da Fetag-BA que manifestaram estranheza quanto ao ante-projeto do documento base, que seria aprovado naquele encontro e entregue à Assembléia Nacional Constituinte, em virtude do "esquecimento" da comissão que elaborou o texto omitindo importantes conclusões do 4º Congresso Nacional da Contag como o que diz "garantia do mais amplo acesso dos meios de comunicação, destacadamente o rádio e a TV, aos debates e funcionamento da Assembléia Constituinte para que o povo e, em especial, os trabalhadores possam acompanhar e opinar na elaboração da nova Constituição". Outro ponto que faltou no documento e que foi introduzido sob ovação dos 2 mil delegados ao encontro diz "que as forças armadas não possam intervir na vida política do país e se limitem a obedecer ao poder constituído e defender as fronteiras quando necessário". José Francisco, presidente da Contag, após explicar o "lapso" ocorrido em relação às conclusões do 4º Congresso, defendeu a inclusão no documento base de todas as emendas apresentadas pelo plenário.

O clima era de luta, atenção e desejo de participação. Ficou claro para quem acompanhou o 4º Congresso, o Congresso Extraordinário e este Encontro Nacional que de lá para cá avançou o grau de mobilização e combatividade dos ativistas do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Na instalação da Constituinte, os participantes do encontro se deslocaram organizadamente para o gramado em frente ao Congresso, gritando palavras de ordem e portando cartazes com suas reivindicações.

(Arthur de Paula)

## Produtores agrícolas trazem os tratores para o asfalto

Semana passada milhares de produtores agrícolas vieram com seus tratores e máquinas colhedeiras para o asfalto das cidades do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Fecharam agências de bancos, interromperam o trânsito nas estradas, foram notícia nos jornais e na TV.

Eles estão reivindicando do governo federal três questões urgentes: o aumento dos preços mínimos dos produtos que já estão sendo colhidos nesta safra de 1986-87; a redução das taxas de juros bancários para a agricultura; novos valores bási-

cos de custeio (VBC) com a liberação destes empréstimos para poderem iniciar o próximo plantio.

Está programada para o próximo dia 12, em Brasília, uma grande manifestação, organizada pela "Frente Ampla Agropecuária", que se instalou na capital do país para os últimos preparativos do evento.

A lista de entidades participantes é enorme e indica uma composição muito variada, que vai desde cooperativas de pequenos e médios produtores até grandes empresários agrícolas e latifundiários ligados a

UDR. Numa união deste tipo se acomodam interesses muito diversos e até conflitantes e provavelmente a direção será no sentido conservador.

Mas objetivamente o movimento dos produtores rurais esbarra em obstáculos que são comuns ao movimento popular. Difícilmente haverá verbas para uma agricultura mais equilibrada e menos dependente do mercado externo se, por exemplo, não for enfrentado o problema do pagamento da dívida externa, que sangra todos os recursos do governo e da nação.

## PC do B faz reunião de sindicalistas

Nos próximos dias 12, 13 e 14, no auditório Teotônio Vilela, da Assembléia Legislativa de São Paulo, estarão reunidos sindicalistas do Partido Comunista do Brasil para discutir a atuação no movimento sindical em 1987. Durante a reunião os sindicalistas debaterão com a Executiva Nacional do partido: a situa-

ção política nacional; a política sindical (com um balanço da experiência dos comunistas nesta frente); atuação nas empresas e entidades sindicais.

Participarão do encontro ativistas de todos os estados, destacadamente aqueles que atuam no movimento operário e camponês.

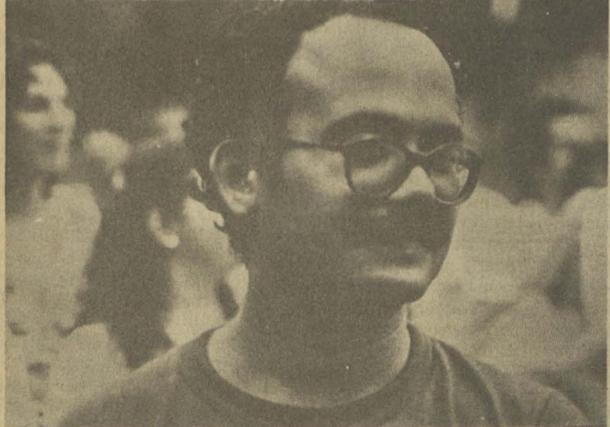


Foto: Wilson Mazza

Renildo: venceram as posições mais avançadas



Foto: Ailton S. Leite

CGT presente na instalação da Constituinte: pela suspensão da dívida

# Paralisação dos carteiros de S.P. prepara campanha

Distribuir 15 Kg de correspondência por 10 quilômetros ao dia, alimentando-se com um vale de Cz\$ 18 e recebendo um salário médio de Cz\$ 3.006 não dá para animar nenhum brasileiro que esteja procurando emprego. No entanto, esta é a situação atual dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) da grande São Paulo. Liderados pela Associação Profissional dos Empregados da ECTS, P. Aesp - em conjunto com a Agetesp - Associação dos Funcionários dos Correios e Telégrafos, os trabalhadores paralisaram suas atividades, na última terça-feira, por 48 horas, numa greve de advertência.

Os correios, que há cerca de 3 anos detinham a marca

extraordinária de ser o órgão ou instituição mais confiável aos olhos da opinião pública, passam agora por um processo de descrédito. Desde a nomeação do ministro Antônio Carlos Magalhães - conhecido como Toninho Malveza - responsável por estes serviços, os carteiros estão sendo violentamente reprimidos em suas lutas. Além disso, as promessas são sistematicamente fraudadas. A última delas, feita em setembro, de realizar um plano de cargos e salários, até hoje não foi cumprida.

## GREVE VITORIOSA

Segundo Mário Ribeiro de Souza, presidente em exercício da Aesp, o movimento atingiu a quase totalidade da categoria, demonstrando que a situa-

ção é insustentável: os carteiros reivindicam 80% de reajuste salarial, anuênio retroativo a janeiro de 75, aumentos no vale-alimentação de Cz\$ 18 para Cz\$ 52 e restabelecimento do atendimento médico e odontológico de emergência. Os baixos salários dos cerca de 18 mil funcionários da empresa têm provocado um índice de rotatividade de 1.200 por mês. A administração regional de São Paulo da ECT, que responde por 40% do movimento postal brasileiro, deixou de receber metade dos 9,3 milhões de cruzados que entram em caixa todos os dias.

O reajuste geral de tarifas postais determinado pelo governo em dezembro passado, segundo os grevistas, daria para gerar aumentos para os funcionários de 65,6 a 113,6%. A diretoria da empresa em São Paulo, no entanto, garante que encaminhará o pedido dos trabalhadores à administração central em Brasília, dizendo-se incapaz de tratar de assuntos salariais a nível regional.

Os trabalhadores dos correios e telégrafos, com este ensaio geral, prepararam a campanha salarial a nível nacional. No próximo dia 15 de fevereiro, as associações dos funcionários da ECT do país inteiro se reúnem para organizar a ação conjunta, visando a data-base de 1º março.



Mais de dois milhões de objetos postais deixaram de ser entregues

# Dirigente da CUT tenta fraudar eleição sindical em Alagoas

No último dia 29, realizou-se o primeiro escrutínio das eleições para nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Alagoas. A entidade, considerada uma das mais importantes do sindicalismo do Estado, congrega os operários da CEAL (Companhia Energética de Alagoas) e os que trabalham com água e esgoto (Casal).

O primeiro escrutínio evidenciou o desgaste da atual diretoria do sindicato, encabe-

çada por Pedro Luis, que também é vice-presidente do PT e presidente da CUT estadual. Para forjar uma vitória apertada, com apenas 31 votos de diferença, a chapa situacionista apelou para inúmeras fraudes. Além de anular 86 votos dados à oposição, ainda impediu 200 associados de votar. Afora isso, a chapa de Pedro Luis - que concorre ao quarto mandato sindical - contou com o apoio explícito das chefias das empresas - o que a caracterizou mais ainda como chapa

apelegada.

O segundo escrutínio está marcado para o próximo dia 12. Os integrantes da chapa 2, de oposição, que é encabeçada por Paulo Fernando, o conhecido **Paulão**, estão confiantes na vitória. Apoiada pela CGT, ela conta com respeitadas lideranças da categoria e ainda com o desgaste da direção cutista - acusada de corrupção, mordomias e utilização da máquina sindical pelo PT.

(da sucursal).

# Urbanitários mostram força no Rio

A luta pela reposição de 32,4% no valor dos salários, aumento de 5% e redução de jornada de trabalho levou os urbanitários do Rio de Janeiro à greve, a partir do dia 22. Uma greve mobilizadora, que levou para as ruas 8 mil pessoas, no dia 26, em passeata contra a Light, a empresa patronal enfrentada pelos grevistas.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, Luiz Carlos Machado, a Light tentou jogar a população contra a entidade dos trabalhadores, mandando inclusive os usuários telefonarem para os diretores e membros do comando de greve reclamando da falta de energia elétrica. Porém os funcionários

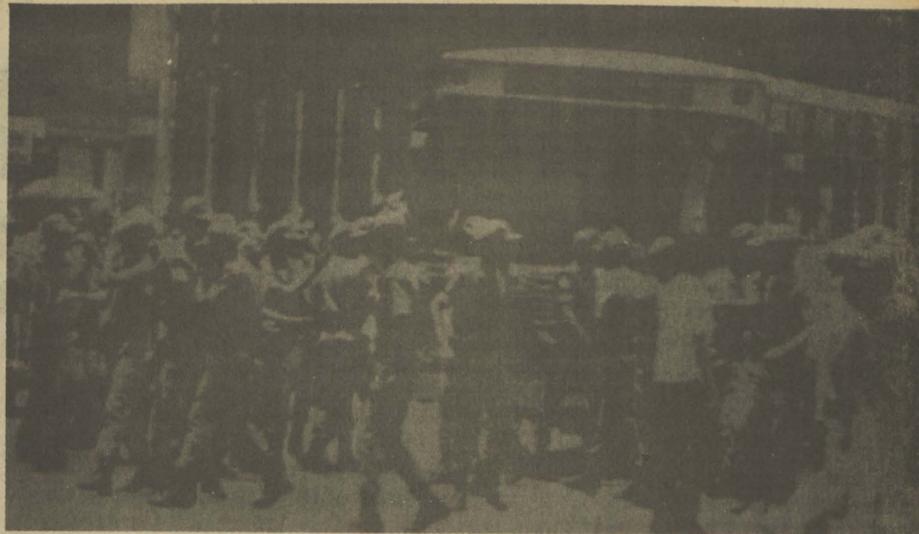
controlaram toda a atuação da empresa, garantindo responsavelmente todo serviço de reparos e as áreas prioritárias, como os hospitais.

As negociações com a Light evidenciaram também as disputas pelo controle do setor, entre o ministro Aureliano Chaves (PFL) das Minas e Energia, e o governador Moreira Franco (PMDB) do Rio de Janeiro, que pleiteia a estadualização da empresa.

Os deputados do PC do B, Edmilson Valentim (federal) e Jandira Feghali (estadual) intercederam junto ao ministro Aureliano Chaves para que autorizasse as negociações com os funcionários. (Rijarda Aristóteles, Rio de Janeiro).



Ato dos grevistas da Light no Rio



Os policiais seqüestraram grevistas e cercaram a sede do sindicato dos motoristas

# Unidade garante êxito da greve em Recife

Recife, domingo, 25 de janeiro. Na assembléia convocada pelo sindicato, cerca de 3 mil trabalhadores rodoviários de empresas de ônibus e transportadoras declaram greve. Inicialmente uma luta em que a marca foi uma heróica disposição e combatividade.

Patrício Magalhães, presidente do Sindicato dos Rodoviários, explica como tudo começou: "Este movimento se deu por conta da falta de cumprimento da convenção coletiva de julho do ano passado. Já no final de novembro de 1986, após os trabalhadores esperarem pacientemente por um mês, fizemos uma assembléia que deflagrou uma greve de dois dias e meio. Houve um acordo com 12 itens, mas apenas dois foram cumpridos - o passe gratuito e aumento de 20% nos salários. Tudo isto revoltou muito os trabalhadores. Ora, em São Paulo um motorista ganha Cz\$ 5.150, e aqui só Cz\$ 3.007. Pedimos equiparação salarial".

Calcula-se em quase 100% o lucro dos patrões em Recife com seus ônibus abarrotados de gente. As condições de trabalho são péssimas. É o que denuncia a cobradora Maria, da Borborema: "A gente tem que dormir num lugar com cheiro forte, que dá dor de cabeça. E às vezes fica um saia-entra de carro na garagem e um saculejado que ninguém agüenta".

Entre as doenças profissionais mais comuns estão o bico de papagaio e a hemorróida. A exploração de trabalho chega a tal nível que entre as principais reivindicações dos grevistas estava a instalação de relógio de ponto nas garagens, para que o funcionário receba a partir do momento em que entra na empresa. Foram solicitados também a folga semanal e o fim do sistema de dois rolos - onde

o trabalhador só pega na hora do pique, mas fica 11 horas à disposição do patrão. Aliás, o não pagamento das horas extras é a regra no setor. Existe ainda a troca de turno, chamada "virada", em que o motorista e o cobrador trabalham praticamente 24 horas sem parar.

Aureliano, motorista da CTU, diz que "nossa vida é muito sacrificada. Tem até muito casamento sendo desfeito, porque a gente só é marido na hora de levar um pouco de dinheiro para casa. Mas não pode sair com a mulher para um cinema, passear com as crianças. Não tem folga".

## ADESÃO MASSIVA

A adesão à greve foi de 98% dos 15 mil rodoviários. A partir de zero hora de segunda, nenhum ônibus rodou. O comércio, segundo o presidente do Clube de Diretores Lojistas, viveu uma queda de 90%. As lojas fechavam por falta de funcionários, compradores e com medo de quebra-quebra.

Foi uma greve de muitas passeatas e concentrações. A repressão foi violenta. Trabalhadores foram presos, seqüestrados em pleno centro de Recife ocupado por tropas de choque e cavalaria da PM. Os grevistas eram resgatados na marra das mãos da polícia. Cerca de 200 ônibus, dirigidos por policiais, foram apedrejados. Muita pancadaria e "muito Gelol no sindicato, à noite, para aliviar a dor, para se

preparar para o dia seguinte", contou um motorista.

A greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. Mas a paralisação foi mantida. A repressão se intensificou. Eram presos cerca de 30 grevistas por dia, e três foram feridos a tiros.

Em solidariedade aos companheiros, os rodoviários da Bahia pararam três horas, exigindo também seus direitos. Entidades sindicais, políticas e populares manifestaram seu apoio à categoria em luta. Foi organizado um fundo de greve, e as passeatas eram saudadas pelos populares.

## SOB CERCO CERRADO

Na sexta-feira, policiais cercaram o sindicato, onde os motoristas e cobradores realizavam assembléia. A diretoria da entidade teve que negociar com o governador e com o delegado do Trabalho a saída dos grevistas sitiados na sede. A liberação só ocorreu com a saída de grupos de cinco trabalhadores. Depois de longos momentos de tensão, os agentes da repressão retiraram-se do local.

No sábado o governador apareceu em cena como árbitro. Para o palácio do governo foram os diretores do sindicato patronal e dos trabalhadores. Como proposta intermediária, foi oferecido um salário de Cz\$ 4 mil para os motoristas e aumento de 33,2% para os demais, e ainda o pagamento dos dias de greve, liberação dos presos, cancelamento das demissões por justa causa. A proposta foi aprovada numa tumultuada assembléia. Os rodoviários ainda realizam sua última passeata deste movimento: a passeata da vitória! (Tarciana Protella, Recife)

# Securitários param por salários

Os 1.500 securitários do Rio de Janeiro resolveram entrar em greve contra o arrocho salarial. A decisão foi tomada em assembléia dia 28 de janeiro. Tendo 1º de janeiro como data base, os securitários deflagram um movimento de caráter nacional, onde a participação do Rio é fundamental. A para-

lisação, iniciada nos primeiros minutos do dia 29, foi um marco para a categoria, registrando adesão de 80% dos trabalhadores. Na Sul-América, Bradesco, Nacional, York-Shire e outras seguradoras a greve foi total. Na Capemi houve dificuldades, pois a empresa chamou a polícia para

intimidar os funcionários.

Numa assembléia diante da Câmara dos Vereadores, na tarde do dia 29, foi definida a suspensão da greve e marcada nova assembléia para o dia 4 para deliberar sobre a continuidade da luta.

(da sucursal)

## Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Luvosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

**ACRE** - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 - CEP 69000.

**ALAGOAS** - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

**AMAZONAS** - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

**BAHIA** - Camacari: Rua José Nunes de Mattos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

**BAHIA** - Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.

**BRASILIA** - Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro, Juazeiro: Rua Américo Alves, 6/A - CEP 44060.

**PARATINGA**: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Síndico Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.

**DISTRITO FEDERAL** - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

**CEARÁ** - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.

**Sobral**: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

**ESPÍRITO SANTO** - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

**GOIÁS** - Goiânia: Rua 3, N.º 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

**MARANHÃO** - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

**MATO GROSSO** - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

**MATO GROSSO DO SUL** - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

**MINAS GERAIS** - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

**PARÁ** - Belém: Rua Manoel Barata, 903 - CEP 66000.

**PARANÁ** - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 50000.

**PARANÁ** - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 08, Fone: 253-7961, CEP 80000.

**Londrina**: Rua Scripse, 984, sala 206, 2º andar - CEP 56100.

**PIAUÍ** - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.

**PERNAMBUCO** - Cabo: Rua Vignão Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

**RIO GRANDE DO NORTE** - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.

**RIO GRANDE DO SUL** - Bento Gonçalves: Rua D. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores de Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Mal Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: Rua Gen. Vinício, 746-A - CEP 96200. Itajaí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar.

**RIO DE JANEIRO** - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

**SANTA CATARINA** - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

**SÃO PAULO** - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

**SERGIPE** - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oséio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Itip e Fotolito, Litarte Fotolitos Ltda. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Tribuna Operária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

<p>Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>Bairro: .....</p> <p>Cidade: .....</p> <p>Estado: .....</p> <p>Profissão: .....</p> <p>Data: .....</p>	<p> <input type="checkbox"/> Anual (52 edições)    <input type="checkbox"/> Cz\$ 350,00  <input type="checkbox"/> Anual popular (52 edições)    <input type="checkbox"/> Cz\$ 175,00  <input type="checkbox"/> Semestral (26 edições)    <input type="checkbox"/> Cz\$ 175,00  <input type="checkbox"/> Semestral popular (26 edições)    <input type="checkbox"/> Cz\$ 90,00  <input type="checkbox"/> Anual para o exterior (em dólares)    <input type="checkbox"/> US\$ 70 </p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi, Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo, CEP 01318.

Fundação Maurício Grabois

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

# Veneno e mutilação no interior de S. Paulo

Na semana passada, a Secretaria de Estado de Relações do Trabalho de São Paulo realizou duas fiscalizações que servem para pintar o trágico quadro das condições de trabalho no país. A primeira, na cidade interiorana de Itaberá, envolve 30 lavradores queimados com agrotóxicos. A outra, na indústria de calçados de Franca, onde menores de idade trabalham sem registro e são comuns os acidentes que mutilam os operários.

O acidente em Itaberá, a 330 quilômetros da capital paulista, ocorreu nos meses de dezembro e janeiro. Os bóias-frias, que plantavam milho na fazenda de Hugo Lourenço dos Santos, eram obrigados a adubar a terra com um ingrediente altamente tóxico, a base de nitrato de cálcio. Trabalhando sem qualquer instrução ou equipamento de segurança, eles utilizavam o produto manualmente - o que em pouco tempo gerou queimaduras de 2º e 3º graus em 30 deles. Estas atingiram principalmente os membros superiores e inferiores do corpo (braços e pernas) e os órgãos genitais.

Entre os acidentados, a Secretaria do Trabalho observou a presença de quatro crianças, como a menor Terezinha de Jesus de 15 anos. Também constatou nove casos de feridos gravemente, com os lavradores tendo que se submeter a tratamento cirúrgico no único hospital da cidade, o São José. Num dos atingidos, Nilton Ferreira, 39 anos, quatro filhos, a cirurgia para retirar os tecidos lesados da virilha até o

joelho foi feita com anestesia geral. Ele permaneceu hospitalizado quase dois meses.

A intoxicação só tornou pública as péssimas condições de trabalho dos bóias-frias. Nenhum deles tinha vínculo empregatício, carteira profissional assinada ou direito ao Inamps. Tanto que 22 deles só foram tratados graças a ajuda da prefeitura, que se responsabilizou pelas despesas no hospital. Os outros oito tiveram que se tratar em clínicas particulares, arcando - não se sabe como - com os gastos. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, o fazendeiro negou-se inclusive a prestar os primeiros socorros aos feridos. Estes foram obrigados a percorrer a pé os 14 quilômetros que separam a fazenda do hospital.

A situação atual destes lavradores agora é ainda mais dramática. Sem possuir vínculos empregatícios, eles estão sem receber os seus míseros salários e continuam impossibilitados de

trabalhar em consequência dos ferimentos. Segundo Alda Marco Antônio, secretária do Trabalho de São Paulo, "vamos obrigar o fazendeiro a pagar os dias parados, além de indenizar os trabalhadores".

## CRIANÇAS EM FRANCA

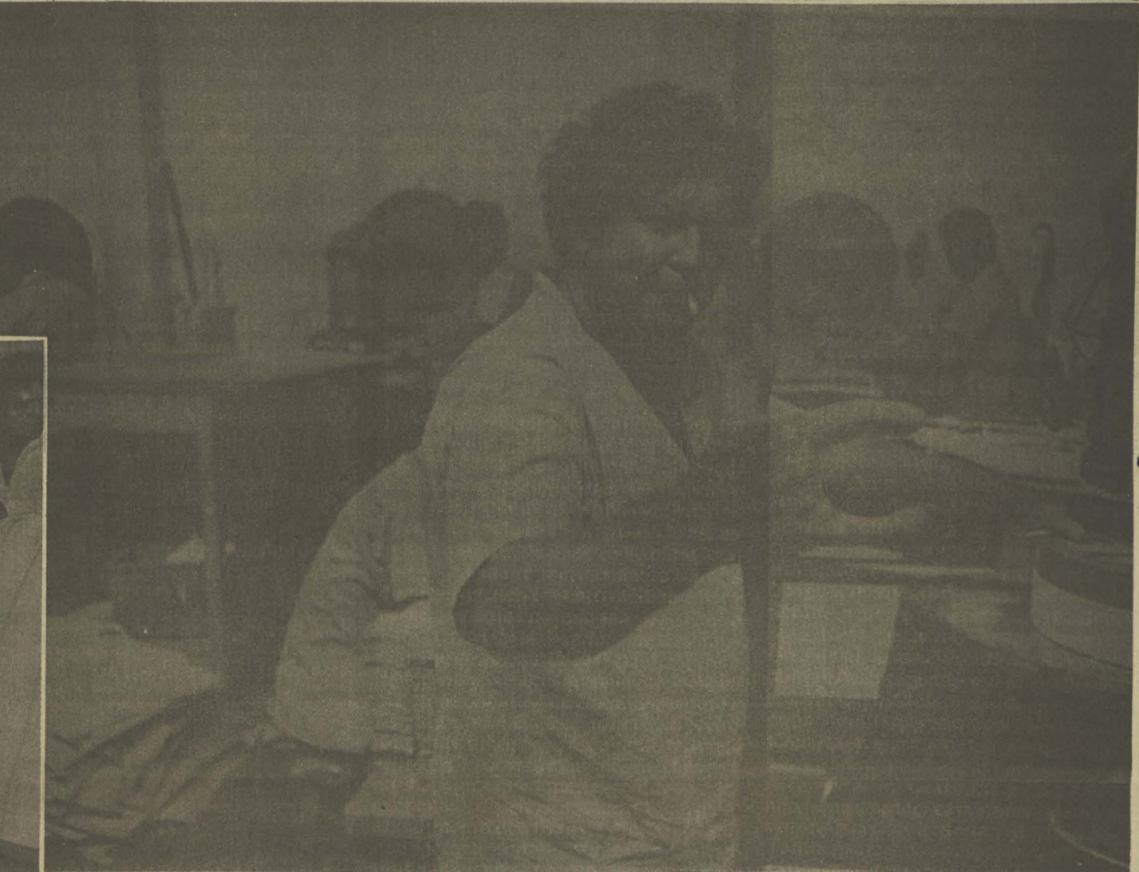
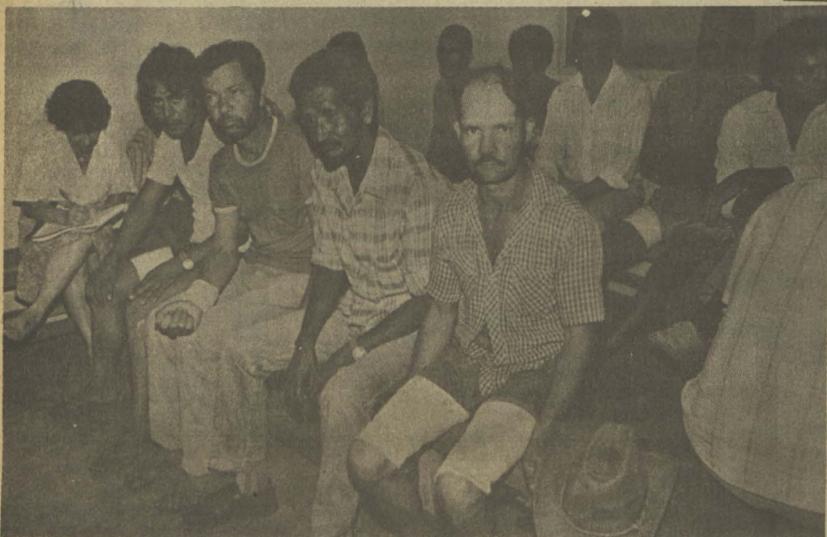
Outro caso que desmascara a situação do trabalho no capitalismo é o da indústria de calçados de Franca, no interior de São Paulo. Possuidora de renome internacional na exportação de sapatos, estas fábricas escravizam menores e mutilam operários. A Secretaria do Trabalho fiscalizou num único dia 19 empresas - algumas delas famo-

sas, como a Samello e a Sandalo. Nelas observou 113 irregularidades.

Entre as irregularidades foram apontadas: falta de proteção nas máquinas; inexistência de exaustores para retirar gases e pó do ambiente de trabalho; armazenamento de produtos inflamáveis no interior das fábricas; excesso de calor ambiental; falta de exames médicos periódicos e de equipamentos de segurança. Também foi constatado o grande número de menores empregados sem registro em carteira. Entre os registrados, 31% dos operários têm menos de 18 anos.

Bóias-frias intoxicados e sem direitos em Itaberá (à esquerda); em Franca, operários mutilados e menores operando as máquinas

Fotos: Carlos Iadeluca



# Cheia deixa famílias na miséria



Duas semanas após a enchente que castigou São Paulo e cidades vizinhas, a calamidade ainda continua. Os milhares de desabrigados - alojados precariamente e sem saber para onde irão - esperam pacientemente nas filas de alimentos e agasalhos. A lama, que invadiu as ruas e casas, deixa exposta a marca da tragédia junto com a ameaça de uma epidemia.

Franco da Rocha, cidade com 110 mil habitantes, a 35 quilômetros de São Paulo, sofreu a pior enchente de sua história. A intensa chuva que caiu nos dias 25 e 26 de janeiro transformou o pequeno filete de água do rio Juqueri - que corta o centro da cidade - numa caudalosa correnteza, destruindo casas e deixando cerca de dois mil desabrigados.

A maioria da população trabalha em São Paulo e mora em condições precárias nas baixadas ou nos morros. Dezessete pessoas morreram soterra-

A população prestou ajuda aos flagelados usando as canoas que tomaram o lugar dos carros nas ruas de Franco da Rocha

das ou afogadas. A prefeitura, Câmara Municipal, delegacia de polícia, fórum, posto de saúde, escola, igreja, foram alguns locais que ficaram debaixo d'água. A cidade ficou quase que totalmente isolada, interrompendo o transporte ferroviário e rodoviário.

## Lama nas ruas pode provocar doenças

A tragédia só não foi maior devido a imediata solidariedade da população. Quase duas semanas após a enchente, várias famílias continuam alojadas no Centro Comunitário. Todos eles perderam suas casas e não sabem para onde vão. Joaquim Eduardo Vieira trouxe sua filha de um mês de idade e a esposa para o alojamento. Por pouco eles escaparam de ficarem soterrados no Parque Lanel, onde moram. O choro da filha, de madrugada, acordou Joaquim, que assim viu a enchente chegando. Acabaram de sair e o barranco desabou sobre a casa. O bebê chegou ao alojamento enrolado num cobertor molhado.

As pilhas de móveis abandonados no meio da lama pelas ruas e as enormes filas em busca de alimentos dão um aspecto lúgubre à cidade. Os moradores retiram com carrinhos de mão o barro acumulado dentro das casas, na área e jardins, ficando no ar um mal cheiro. O maior perigo agora são as doenças. O atendimento médico é feito precariamente no galpão do Clube Esportivo Garoa, onde também funciona a delegacia de polícia.

Ivanildo Gouveia da Silva, motorista de caminhão, foi ao médico levar seus dois filhos, de três e quatro anos. "Eles estão com um monte de caroços na barriga, que apareceu depois da enchente", diz ele. Enquanto aguardam o atendimento dos filhos, Ivanildo relata que perdeu todos os móveis com a inundação. "Na rua agora só tem barro e água, tem um dia sim, um dia não". A casa ficou com rachaduras, deixando todos intranquitos: "Temos de dormir com um plástico debaixo do colchão", fala o motorista.

Nos postos de distribuição de mantimentos e agasalhos é necessário aguardar um longo tempo nas enormes filas. Alguns vem da zona rural, como Nadir de Fátima Teodoro, Ermínia Dias e Conceição Silva. Elas saíram do bairro Mato Dentro, caminharam a pé 13 quilômetros para conseguir alimentos. Nadir trouxe um filho de colo e outro de 10 anos que chora de fome. Eram três horas da tarde e não haviam comido nada naquele dia.

Ermínia é viúva, boca sem dentes, cabelos brancos, fala com dificuldade que ficou três dias sem dormir por causa da chuva. Ela sobrevive com uma mísera pensão de Cr\$ 430 mensais. "Minha casa está escangalhada, não posso comprar roupa e vou nas casas onde trabalho pedir comida", conta amargurada a velhinha. Junto com Ermínia e Nadir veio Conceição, de 15 anos. Deixou na roça a mãe, pai e quatro irmãos e exclama: "Lá em casa não tem nada de comer".

## Prefeito insensível diante da tragédia

Em outras localidades as dificuldades não são menores. Itaquaquecetuba fica na Zona Leste de São Paulo e também foi muito atingida pelas intensas chuvas. Lá o maior problema é a insensibilidade das autoridades diante da tragédia. Os desabrigados foram à prefeitura pedir colchões e a esposa do prefeito os destratou. Sueli Aparecida Costa, uma das voluntárias, conta: "Ela disse pra gente não se preocupar em ajudar os desabrigados porque os pobres de Itaquá são porcos, imundos e ignorantes".

O prefeito, Gumercindo de Lima, não quis ceder caminhões para as voluntárias coletarem as doações. Também ameaçou despejar os desabrigados do Centro Social da Prefeitura a fim de prepará-lo para o carnaval. Segundo a irmã de uma voluntária, "o pessoal lá está muito revoltado e já foram muitos a chamar o prefeito".

(Domingos Abreu)